

Sumário

Cooperação Internacional para o
desenvolvimento da Sociedade Civil

Alemanha 03

França 13

Holanda 21

Noruega 30

Reino Unido 41

Suíça 50



www.pad.org.br



[instagram.com/padbrasil](https://www.instagram.com/padbrasil)



[facebook.com/PADBrasil](https://www.facebook.com/PADBrasil)



twitter.com/padbrasil



Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil – Alemanha



EXPEDIENTE

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organização da Sociedade Civil - Alemanha é uma publicação do **PAD - Processo de Articulação e Diálogo**

Autoras: **Mara Manzoni** e **Sheila Tanaka**

Dezembro 2021 - Fevereiro 2022

Secretária Executiva: **Júlia Esther Castro França**

Coordenação Executiva:

Mércia Alves - SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia

Renê Ivo Gonçalves - Centro Gaspar Garcia de Direitos humanos

Rogério Hohn - Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Sônia G. Mota - Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE

Vicente Puhl - Heks-Eper

Comunicação: **Kátia Visentainer**

Diagramação e Arte: **Mayra Souza**

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil – Alemanha

Mara Manzoni Luz e Sheila Tanaka

Dezembro 2021 – Fevereiro 2022

Apresentação

Desde a chegada dos primeiros imigrantes alemães no Brasil há quase 200 anos, os dois países estão ligados por laços culturais, sociais e econômicos com distintas dinâmicas de acordo com os momentos históricos. Nos últimos anos, mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil e na Alemanha levaram a alterações nas relações de cooperação para o desenvolvimento. No contexto de redução dos espaços para a sociedade civil no Brasil, faz-se necessário atualizar as análises sobre as relações de cooperação e sobre o papel que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) podem cumprir para aprofundar as relações de solidariedade pela democracia, justiça e pelos direitos humanos.

Para tanto, em 2020, o Processo de Articulação e Diálogo (PAD) e a Associação Brasileira de ONGS (ABONG) realizaram o estudo *[“A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento \(CID\) pós 2015: agendas para as Organizações da Sociedade Civil brasileiras”](#)* (Maria Elisa Huber Pessina e Elsa Sousa Kraychete). O presente documento tem os objetivos de atualizar este estudo, bem como aprofundar elementos referentes à cooperação alemã no Brasil e oferecer argumentos para subsidiar ações de incidência por parte das OSCs brasileiras sobre políticas de cooperação. Dessa maneira, contribuirá com subsídios para futuras oficinas de formação em cooperação internacional, visando ampliar a participação de organizações brasileiras no debate.

O documento foi elaborado tomando como ponto de partida o estudo de PAD e ABONG. Por essa razão, o texto evita repetir informações já mencionadas no estudo anterior e busca aprofundar em outros aspectos. Foram analisados documentos oficiais do governo alemão e das agências de cooperação com atuação relevante no Brasil, em uma identificação não-exaustiva de atores. Foram realizadas 07 entrevistas semiestruturadas com representantes de agências e redes alemãs, de OSCs brasileiras e pessoas consultoras especializadas no tema.

O documento está organizado em quatro seções, além desta apresentação:

1. Programas e principais focos da cooperação não governamental, oficial e as prioridades de ação;
2. Reflexões sobre as mudanças na conjuntura atual e efeitos pós pandemia de Covid-19;
3. Argumentos e questões identificadas para o aprofundamento da incidência das OSCs;
4. Conclusão: sistematização dos aprendizados e reflexões para o próximo período.

1. Programas e principais focos

O Brasil e a Alemanha possuem uma longa tradição de cooperação, tanto governamental quanto entre diferentes setores da sociedade civil. Agências de cooperação alemãs ligadas a igrejas, partidos políticos e sociedade civil (daqui em diante denominadas não-governamentais) representam importantes aportes às ações da sociedade civil brasileira em temas de Direitos Humanos, democracia e sustentabilidade.

Embora também recebam recursos governamentais e estejam sujeitas às políticas de compliance para atuar no Brasil, as agências não-governamentais gozam de autonomia e estabelecem parcerias com organizações locais em temáticas e regiões muitas vezes ausentes na cooperação governamental. Destacam-se pelo estabelecimento de parcerias de longo prazo com OSCs, possibilitando também o apoio institucional a projetos políticos não necessariamente limitados a temas específicos. Por essa razão, conseguem estabelecer um diálogo mais próximo com populações locais e alimentam relações de confiança, especialmente onde as relações oficiais são difíceis ou críticas. Dessa forma, acabam também influenciando o desenvolvimento de estratégias do governo alemão para políticas específicas em alguns países e regiões¹.

Dentre as agências não-governamentais com atuação no Brasil, destacam-se as ligadas às igrejas e partidos políticos. As agências ligadas a igrejas representam um importante papel dentro e fora da Alemanha, como defensoras das populações mais vulneráveis e representantes de uma robusta solidariedade internacional com países do Sul. Os recursos das agências ligadas a igrejas provêm de doações de pessoas físicas, arrecadadas na Alemanha, repasses do fundo eclesial (imposto cobrado a nível federal) e do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ, pela sigla em alemão). Este último repasse tem se mantido estável nos últimos anos e é canalizado para o apoio à sociedade civil.

Por sua vez, as fundações políticas são braços de ação e formação política dos principais partidos alemães². O trabalho internacional das fundações reflete as correntes políticas do país, e engaja atores locais na defesa da democracia e dos ideais de cada partido. Por essa razão, embora recebam recursos governamentais do BMZ e de fundos partidários, não representam o governo alemão nem tampouco priorizam o engajamento com governos locais. Ao invés, trabalham em parceria com organizações da sociedade civil, movimentos sociais (em alguns casos) e partidos políticos alinhados.

As agências não-governamentais exercem um papel fundamental no apoio à incidência pelos direitos humanos no Brasil junto ao Parlamento alemão e a órgãos oficiais. Um dos exemplos são as missões diplomáticas promovidas pelas agências não-governamentais para que parlamentares alemães conheçam a realidade de comunidades brasileiras e as sistemáticas violações de direitos humanos e violência contra defensores e defensoras³. Da mesma forma, também promovem o intercâmbio com ativistas brasileiros e brasileiras na Alemanha, através de visitas e reuniões para denúncia e articulação de ações conjuntas com atores alemães.

¹ Hernandez, Roehrkasten, 2011

² Deutsche Welle: [Fundações políticas para manter tradição democrática](#), 2005

³ Para aprofundamento no tema das visitas diplomáticas, ver estudo "[Cooperação com missões diplomáticas alemãs para proteger e ampliar a esfera de atuação da sociedade civil](#)", Misereor 2020.

Dentre as agências ligadas a igrejas e partidos com atuação relevante no Brasil, destacam-se:

Organização	Princípios	Prioridades	Presença no Brasil e Método de cooperação
<p>Misereor</p> <ul style="list-style-type: none"> ligada à Igreja Católica Romana da Alemanha 	<p>Seu ideal é um mundo em que todos podem participar na construção da comunidade, em que a diversidade cultural é reconhecida e promovida e em que a igualdade é realizada.</p> <p>Todos estes são objetivos superiores que, entre outros, são perseguidos no planejamento dos projetos.</p>	<p>Promoção de cadeias de valor justas, respeito pelos direitos humanos em todo o mundo e formas novas e sustentáveis de um futuro que vale a pena ser vivido.</p> <p>Amazônia, direitos indígenas, direitos humanos.</p> <p>Regiões Norte, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.</p>	<p>MISEREOR confia plenamente nos seus parceiros locais: organizações ligadas à Igreja, organizações não governamentais, movimentos sociais e institutos de pesquisa, com os quais coopera estreitamente, em parte já desde há décadas.</p> <p>Os parceiros configuram os processos de desenvolvimento locais juntamente com os atingidos e implementam os projetos e a agência os assessoria e apoia com know-how e recursos financeiros.</p> <p>No Brasil, conta com a organização Centro de Assessoria e Ensino (CAIS), instituição sem fins lucrativos, instituída em 2007, para prestar assessoria na área de metodologia, administração e incidência política para os projetos da agência no Brasil. Seu objetivo é contribuir com o fortalecimento das organizações sociais na perspectiva da defesa dos direitos e da transformação social, construindo parcerias e dando visibilidade a práticas sociais inovadoras.</p>
<p>Pão Para o Mundo - PPM (Brot für die Welt)</p> <ul style="list-style-type: none"> ligada às igrejas protestantes regionais e livres 	<p>Transparência, prestação de contas e responsabilidade ao lidar com o poder e com os recursos confiados.</p> <p>Atua pela erradicação da fome, da pobreza e da injustiça.</p>	<p>Democracia e fortalecimento da sociedade civil, direitos humanos, justiça ambiental (cisterna, acesso à terra, produção agroecológica, direitos indígenas, direito à cidade.)</p> <p>Temas transversais: gênero, fortalecimento institucional e captação de recursos.</p>	<p>Parceria com organizações locais e apoio a ações de incidência. A presença no Brasil continua forte, apesar da redistribuição orçamentária interna no Departamento da América Latina, que deverá causar uma redução programada de 5% para o Brasil até 2025, além da finalização de apoios ao tema da saúde e HIV. Há uma estratégia específica para o Brasil (2019-2024) com ênfase na justiça ambiental, agroecologia, direitos humanos e democracia. Para incidência, o tema prioritário é direitos indígenas e ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), trabalhada intensamente pelo seu Departamento de Política, juntamente com o tema da agroecologia, e com grande influência junto ao governo alemão. Possui relações com duas assessorias no Brasil (ELO e Instituto Fonte) para acompanhamento a questões financeiras, PME, impacto e segurança digital. Historicamente, apoia fundos de pequenos projetos, com o objetivo de que os recursos cheguem às organizações de base. É parte do movimento ecumênico global e membro atuante da Aliança ACT, com ação significativa no campo da justiça de gênero.</p>
<p>Fundação Heinrich Böll</p> <ul style="list-style-type: none"> ligada ao Partido Verde (Die Grünen) 	<p>Ecologia e sustentabilidade, democracia e direitos humanos, autodeterminação e justiça social, com ênfase na democracia de gênero.</p>	<p>Ecologia política, direitos humanos, democracia, gênero e política internacional.</p>	<p>Escritório no Brasil (Rio de Janeiro) desde 2000.</p> <p>Atua em parceria estratégicas com OSCs brasileiras, nas áreas de direitos humanos, democracia, sustentabilidade e política de gênero. A lista completa de parceiros pode ser acessada no site da Fundação.</p>
<p>Fundação Friedrich Ebert</p> <ul style="list-style-type: none"> ligada ao Partido Social-Democrata (SPD) 	<p>Ideais e valores fundamentais da democracia social – liberdade, justiça e solidariedade – conectados à social-democracia e aos sindicatos livres.</p> <p>É uma instituição privada de utilidade pública sem fins lucrativos, e trabalha de forma autônoma e independente.</p>	<p>Eixos temáticos: Justiça Social, Democracia, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Paz e Segurança e Política Regional e Global.</p> <p>Temas transversais: juventude, comunicação e igualdade racial e de gênero.</p>	<p>Atua desde 1985 no Brasil, com sede em São Paulo.</p> <p>A FES Brasil ocupa-se de questões sócio- políticas centrais no país e coopera com os outros escritórios da Fundação, tanto em temas relacionados aos processos políticos e sociais na América Latina como em questões candentes da política global na esfera internacional.</p> <p>Ampla leque de parceiros provenientes de sindicatos, partidos políticos, sociedade civil, instituições científicas, meios de comunicação e academia comprometidos com a democracia social.</p>
<p>Fundação Rosa Luxemburgo</p> <ul style="list-style-type: none"> ligada ao Partido da Esquerda (Die Linke) 	<p>Promove formação política e crítica social, pautadas na tradição dos movimentos trabalhistas, feministas, antirracistas e antifascistas. Orienta-se pelo socialismo democrático, ecológico, feminista, internacionalista, a partir da base.</p>	<p>Defesa da democracia e dos direitos políticos e sociais; críticas aos modelos extrativistas, transgênia e mercantilização da natureza e da vida.</p>	<p>Presente no Brasil desde 2003, com escritório regional para o Cone Sul em São Paulo. Parceria com movimentos sociais e organizações locais, apoio às ações de incidência, publicações e materiais de formação.</p> <p>Apoia experiências coletivas e solidárias para promoção de alternativas ao sistema capitalista, bem como a divulgação de conceitos como Bem Viver e a luta contra o racismo e todas as opressões e por uma sociedade justa e livre.</p>

Além das organizações listadas acima, também trabalham no Brasil outros atores com atuação mais pontual no campo eclesial, como a [Ajuda Franciscana](#) e o Centro para Missão e Ecumenismo da [Igreja Evangélica Luterana do Norte da Alemanha](#). No campo das fundações, a [Fundação Konrad Adenauer](#), ligada ao Partido União Democrata-Cristã (CDU), trabalha no Brasil em parceria principalmente com institutos de pesquisa, fóruns de governos locais e União Europeia. Também vale mencionar a atuação da [ASW](#), no apoio a projetos de combate à desigualdade, violência de gênero e apoio a comunidades na Amazônia, [Terre des Hommes Deutschland](#), através do seu Programa Cone Sul, com foco em direitos de crianças e adolescentes e [GFBV](#), no apoio a comunidades indígenas na Amazônia.

Neste quadro, um importante instrumento de solidariedade é a [Cooperação Brasil \(KoBra\)](#), uma rede formada por mais de 80 membros, entre grupos de solidariedade ao Brasil, instituições de apoio e pessoas físicas de países de língua alemã (Alemanha e Suíça). Eles provêm das mais diversas áreas, tais como organizações da sociedade civil, sindicatos, igrejas, universidades, movimentos ambientais, de luta por direitos humanos, entre outros. Anualmente, organizam a maior conferência sobre o Brasil nos países de língua alemã: a Mesa Redonda Brasil, que reúne entidades e associações que trabalham com questões relacionadas ao desenvolvimento político brasileiro, em cooperação com movimentos sociais locais. Merece destaque também a cooperação da rede com o [FDCL \(Forschungs- und Dokumentationszentrum Chile-Lateinamerika e.V.\)](#), centro de pesquisas que contribui com evidências para o trabalho de organizações sociais pelos Direitos Humanos na América Latina.

Atualmente a prioridade da rede é o trabalho de lobby sobre as denúncias das violações dos direitos humanos, direitos dos povos indígenas (com planos de ampliar para povos tradicionais e incluir os quilombolas), visibilidade das lutas da população LGBT+ e fortalecimento das relações não governamentais entre os dois países. Possui um papel importante de formulação de críticas às políticas oficiais de cooperação, por meio de subsídios das OSCs brasileiras, principalmente na área ambiental. Também apoia o monitoramento das ações das empresas alemãs em relação aos grandes projetos no Brasil, por meio da participação nas assembleias de acionistas e pesquisas sobre futuras presenças, por exemplo no caso do Ferrogrão. Esse trabalho de lobby será ampliado pela sua recente presença em Berlim⁴.

Transcendendo o campo do PAD, há uma importante agenda política sendo construída, constituída no Grupo Brasil-Berlim, onde várias OSCs brasileiras e organizações alemãs citadas neste estudo, fazem parte.

No âmbito oficial, onde os acordos e programas são realizados de governo a governo, a cooperação alemã atua principalmente através da [GIZ \(Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH\)](#) e do [KfW \(Kreditanstalt für Wiederaufbau\)](#), órgãos oficiais ligados ao BMZ para cooperação^{5 6}. A GIZ é responsável pela cooperação técnica e o foco do trabalho no Brasil é a proteção e uso sustentável das florestas tropicais (biodiversidade e clima), energias renováveis e eficiência energética (infraestrutura sustentável) e iniciativas multissetoriais. Trabalha em parceria com o setor privado, no campo da pesquisa ligando universidades, governos e sociedade civil, e cooperação trilateral com outros países da América Latina e África. O KfW é um banco de desenvolvimento responsável pela cooperação financeira, e atua no Brasil em projetos de proteção e uso sustentável das florestas tropicais (principalmente Amazônia) e energias renováveis e eficiência energética. Um dos mais notáveis projetos financiados pelo KfW é o Fundo Amazônia, juntamente com o governo da Noruega, atualmente suspenso por falta de interesse do governo brasileiro em manter condições mínimas de preservação e fiscalização do desmatamento

⁴ Para mais informações sobre lobby de redes alemãs, ver documento “Questionário sobre experiências: Advocacy pelos Direitos Humanos no Brasil no trabalho de incidência política na Alemanha” (Christian Russau e Camila de Abreu, FDCL, no prelo)

⁵ Em sua estratégia 2030, o BMZ identifica o Brasil como um “parceiro global” para enfrentamento de questões globais, como clima e energia. Para mais informações, ver [BMZ 2030 Reform Strategy](#).

⁶ Para mais informações sobre a estrutura da cooperação alemã, ver Anexo.

na Amazônia. De 2008, quando foi iniciado, até 2019, quando foi suspenso, a Alemanha foi responsável por 5,7% dos 3,4 bilhões de reais recebidos pelo Fundo⁷.

Apesar do caso de suspensão do Fundo Amazônia, existe uma relativa estabilidade nas relações de cooperação oficial e na atuação dos órgãos governamentais. O último período, desde a última eleição presidencial no Brasil, foi marcado pelo desmonte de políticas públicas brasileiras justamente nos temas da cooperação oficial com a Alemanha (principalmente proteção das florestas tropicais), sem que isso gerasse uma ruptura total. GIZ e KfW foram muito pressionadas pelas agências não- governamentais e organizações da sociedade civil a tomar medidas enérgicas para reagir ao desmonte, porém evitaram confrontos diretos e encontraram soluções para a continuidade da cooperação, como o foco em energias renováveis e a cooperação via ministérios ou alguns governos estaduais.

2. Tendências da cooperação internacional para o desenvolvimento e contexto pós pandemia de Covid-19

“A pandemia ensinou a todo mundo” (Luiz Kohara, Centro Gaspar Garcia)

Em linhas gerais, a pandemia mudou as dinâmicas de trabalho no âmbito global e gerou muitos aprendizados em relação ao mundo digital, a necessidade de políticas de cuidado e autocuidado, de construções mais coletivas (até para enfrentar as sobrecargas de trabalho) e flexibilidades em termos de planos e orçamentos, indo além dos marcos temáticos estanques. Isso tem gerado novas inserções nos territórios, um novo olhar sobre o tema das emergências, entre outros. Mesmo antes da pandemia, é importante reconhecer que, além da volta da fome e do desmonte das políticas sociais, o país vive um processo de redução dos espaços da sociedade civil. Esse momento histórico traz novos desafios que, em conjunto com as implicações da pandemia, vão desenhando novas tendências de ambos os lados.

Nesse sentido, parcerias de cooperação diferenciadas são extremamente importantes e o seu caráter político, não apenas financeiro, cumpre um papel que cobra relevância desde a posse do atual governo. Algumas práticas destacadas são: o interesse na articulação política e no fortalecimento às redes de OSCs brasileiras (formação política, recursos e incentivo à atuação conjunta); construção de agendas compartilhadas de incidência em torno a temas de mútuo interesse bilateral ou mesmo multilateral como os tratados internacionais; a preocupação com possíveis rupturas nas transferências de fundos frente ao aumento da criminalização das OSCs, principalmente dos movimentos sociais; o apoio a temáticas consideradas mais complexas como violência de gênero, trabalho com mulheres trans; apoio ao tema da proteção no seu sentido mais amplo, incluindo formação em temas de cuidado e autocuidado; questão urbana e mobilizações comunitárias em situações de emergência; reforço a ações no campo da agroecologia, expandindo o diálogo campo- cidade e dando sentido político e pedagógico a ações de solidariedade, como a distribuição de alimentos.

No âmbito governamental, as relações oficiais entre Brasil e Alemanha poderão se deteriorar uma vez que o novo governo alemão, empossado em dezembro de 2021, terá como pilar uma ambiciosa agenda ambiental - justamente a área em que o Brasil tem sido duramente criticado nacional e internacionalmente. Neutralizar o impacto climático da Alemanha até 2045 será o grande foco da nova coalizão e a Alemanha estará atenta às eleições no Brasil. Essa nova postura alemã, “irá reposicionar a Alemanha dentro do jogo de forças da União Europeia em relação à postura perante o Brasil”⁸.

⁷ Agência Brasil: [Noruega e Alemanha doaram 3,4 bilhões para o Fundo Amazônia](#), 2020

⁸ Oliver Stuenkel (Fundação Getúlio Vargas), em entrevista à BBC Brasil, novembro 2021. BBC: [“Porque novo governo alemão pode ser má notícia para Bolsonaro”](#), 2021

Além de reforçar o compromisso do país com a CID para a proteção de florestas e o desenvolvimento sustentável, o documento da nova coalizão de governo afirma o interesse em atuar para o fortalecimento das democracias na América Latina e no Caribe, e apoiar as sociedades da região em sua luta contra o populismo, os movimentos autoritários e as ditaduras. Além disso, o governo reafirma a relação com estados da região, “como parceiros centrais da cooperação multilateral, entre outras coisas, na preservação da biodiversidade, no combate à crise climática e nas relações econômicas sustentáveis”. O novo governo também assume o compromisso de fortalecer o apoio a sindicatos, fundações políticas e igrejas em seu importante papel de atuação em contextos frágeis.

No entanto, é importante não minimizar o papel dos interesses comerciais implicados nas relações Brasil-Alemanha, principalmente aqueles das empresas transnacionais alemãs e de setores ligados ao agronegócio brasileiro. A Alemanha atravessa hoje um período de alta inflacionária de 5%, a maior dos últimos 30 anos, com um forte aumento nos preços dos alimentos. Essa realidade certamente será um fator para o aumento de políticas de interesse econômico, e coloca a necessidade de reforçar o elemento de direitos humanos nos debates sobre comércio exterior. O novo governo já sinalizou que ratificará o Acordo comercial União Europeia-Mercosul, desde que países parceiros assumam compromissos com a proteção ambiental e social e acordos complementares sobre a proteção e conservação das áreas florestais existentes. Organizações da sociedade civil dos dois países já denunciaram, porém, que o Acordo tende a intensificar o desmatamento e a exploração em áreas de proteção da Amazônia, e que as medidas para garantir o comércio sustentável incluídas no texto do Acordo são vagas e insuficientes^{9 10}.

Contradições entre o apoio a lutas democráticas e diálogos com governos é inerente à natureza da política internacional. Quem apoia as lutas democráticas são os grupos de solidariedade, ONGs, igrejas e governos mais progressistas. Grandes potências sempre manterão diálogo e alianças com governos onde têm interesses econômicos, comerciais e geopolíticos.

3. Incidência para o fortalecimento dos programas de cooperação internacional via OSCs

Desde a década de 70, início da CID com o Brasil, em cada momento histórico os diversos atores definiram e redefiniram suas políticas de incidência junto às sociedades, governos e Estados, visando fortalecer seus programas, tanto no Brasil, como na Alemanha. Atualmente, a América Latina vem perdendo muito espaço na agenda europeia de cooperação, visto por muitos atores como uma perda de visão estratégica, já que pelo menos o Brasil e, principalmente a Amazônia, estão diariamente nas mídias. México e Brasil ainda continuam com certo espaço, vistos mais como “países globais”.

Em relação ao Brasil, o tema mais presente na Alemanha são a falência das políticas ambientais causadas pelo atual governo e suas repercussões nas mudanças climáticas, proteção da Amazônia e ameaça aos povos indígenas em um contexto de crescentes violações dos direitos humanos e violência. No caso da PPM, pelas suas prioridades, a volta da fome e o desmonte de políticas sociais como a Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além da desarticulação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), referências para outros países, são focos de atenção constante.

Após o golpe de 2016, o estabelecimento de uma política anti direitos humanos e negacionista dos acordos subscritos anteriormente pelo Brasil como parte de relações internacionais alinhadas com os países ultraconservadores e fundamentalistas nos ataques a igualdade de gênero, étnico-racial e da população LGBTQ+, há variados níveis de impactos nas relações. Uma delas, a consequente restrição dos espaços de interlocução sobre a cooperação para a sociedade civil brasileira.

⁹ FDCL: [Críticas ao acordo EU–Mercosul](#), 2021

¹⁰ Assembléia Mundial pela Amazônia: [¿Es bueno el TLC EU–Mercosur para la Amazonia?](#), 2021

Para o fortalecimento dos programas de cooperação alemã via organizações da sociedade civil, é importante considerar os seguintes pontos para incidência considerando a recente mudança do governo alemão e as possibilidades quanto ao resultado das eleições presidenciais no Brasil em 2022:

- **Readequar** o tema dos recursos financeiros como parte de uma estratégia de solidariedade política com o Brasil neste momento de grandes retrocessos, reaprendendo que hoje é necessária uma mobilização ampla da solidariedade internacional.

- **Aprofundar** o foco nas evidências concretas dos resultados de programas e projetos, reconfigurando a reflexão e a prática do que seria impacto em um momento de desmonte de políticas sociais, ambientais e de direitos humanos. Quando se faz difícil (ou mesmo impossível) avançar no enfrentamento às desigualdades e violências, manter o conquistado deve ser visto como um resultado positivo¹¹.

- **Visibilizar**, ainda mais, os esforços e conquistas das experiências de ações e processos conjuntos, como coalizões, plataformas e redes, principalmente com atores de distintos campos sociais e que, em um momento de retrocesso e redução de espaços da sociedade civil, adquirem outras dimensões de resistência e testemunho.

- **Fortalecer** a comunicação de mão dupla, intensificando a produção ágil de materiais sobre as dinâmicas de poder e as novas formas de resistências, intensificando as alianças com as OSCs brasileiras e alemãs, nos moldes de grupos de solidariedade que têm atuado desde o golpe de 2016. Da parte alemã, há um desejo de que haja mais participação das juventudes nos intercâmbios entre alemã em momentos difíceis, como no caso das enchentes de 2021 ou nos esforços para a democratização global no acesso às vacinas contra Covid-19.

- **Acompanhar**, de maneira permanente, as políticas comerciais internacionais da Alemanha, que estão ou podem vir a influenciar as políticas de cooperação, tanto governamentais quanto não-governamentais. Nesse sentido, merece destaque o acordo de livre comércio UE-Mercosul. Fortalecer parcerias com organizações alemãs para pressionar o Parlamento alemão e o Congresso brasileiro, denunciando os impactos ambientais e sociais do Acordo, a exemplo da Frente Brasileira Contra o Acordo UE-Mercosul e EFTA-Mercosul¹².

- **Pesquisar** e acompanhar as tendências de canalização de fundos via governos estaduais no Brasil. Cobrar mais transparência e diálogo com a sociedade civil nas negociações dos acordos bilaterais.

- **Diversificar** os canais de contato e relações, por exemplo, com a embaixada alemã e os consulados, onde houver. Durante a pandemia e frente ao aumento da fome, foi um fator importante a articulação do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos com o consulado alemão em São Paulo para uma ampla distribuição de cestas básicas às famílias sem teto. O governo alemão concede apoio financeiro a Projetos de Pequeno Porte destinados ao “desenvolvimento sustentável e ajuda ao enfrentamento dos problemas e necessidades da população mais carente” nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

- **Fortalecer** o enfrentamento conjunto aos discursos de ódio e perseguição a lideranças religiosas do campo progressista. Aprofundar a compreensão sobre os fundamentalismos religioso, político e cultural como fenômenos globais, que afetam não somente o trabalho das igrejas, mas também processos sociais amplos, como a proliferação de discursos negacionistas sobre o desmatamento e o agravamento de desigualdades sociais¹³.

¹¹ Ver Salinas, 2018

¹² INESC: [Frente brasileira contra o Acordo EU–Mercosul e EFTA–Mercosul se reúne com parlamentares brasileiros](#), 2021

¹³ Para mais informações sobre fundamentalismos, ver Cunha 2019

Referências bibliográficas

Abreu, Camila de; Russau, Christian. Questionário sobre experiências: Advocacy pelos Direitos Humanos no Brasil no trabalho de incidência política na Alemanha. FDCL, no prelo.

ACT Alliance, 2021. Story of Hope: Shrinking Space for Civil Society Task Group. Disponível em: <https://actalliance.org/act-assembly-posts/story-of-hope-shrinking-space-for-civil-society-task-group/>

Barifouse, Rafael. BBC News Brasil, 2021. Por que novo governo alemão pode ser má notícia para Bolsonaro. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59411471>

BMZ 2030 Reform Strategy. Disponível em: <https://www.bmz.de/en/development-policy/reform-strategy-bmz-2030>

Brot für die Welt, MISEREOR, Konsortium ZFD, 2020. Cooperação com missões diplomáticas alemãs para proteger e ampliar a esfera de atuação da sociedade civil. Documento interno com base em um estudo de Martin Quack et al. Disponível em: <https://www.misereor.org/pt/publicacoes>

Brot für die Welt. Para uma vida digna - A Estratégia 2021+. Mimeo. Novembro 2021.

Cunha, Magali do Nascimento. Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul. Koinonia, 2019. Disponível em: <https://kn.org.br/wp-content/uploads/2020/10/FundamentalismosPT-1.pdf>

Fatheuer, Thomas. Cooperação Alemã para o desenvolvimento da Amazônia brasileira. Fundação Heinrich Böll, 2019. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/02/02/cooperacao-alema-para-o-desenvolvimento-da-regiao-amazonica-brasileira>

FDCL, Salve a Selva, De Olho nos Ruralistas, 2021. Críticas ao acordo EU-Mercosul. Disponível em: <https://www.fdcl.org/wp-content/uploads/2021/10/Cri%C3%A7%C3%A3o-de-cr%C3%ADticas-ao-Acordo-UE-Mercosul-10-21.pdf>

INESC, 2021. Frente brasileira contra o Acordo EU-Mercosul e EFTA-Mercosul se reúne com parlamentares brasileiros. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/frente-brasileira-contr-o-acordo-ue-mercosul-e-efta-mercosul-se-reune-com-parlamentares-brasileiros/>

Mehr Fortschritt wagen. Koalitionsvertrag 2021-2025. Disponível em: <https://www.spd.de/koalitionsvertrag2021/>

Virtual Walk Talk Listen with Paul Valentin (episode 66), 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0026uCB2w20fOHAVxJ3oOZ>

Mansani, Tainã. Deutsche Welle, 2021. Bancos alemães financiam mineradoras em conflito no Brasil. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bancos-alem%C3%A3es-financiam-mineradoras-envolvidas-em-conflitos-no-brasil/a-59967974>

Hernandez, Melanie; Roehrkasten, Sybille, 2011. A cooperação alemã para o desenvolvimento: contexto institucional e prioridades políticas, em: Revista Tempo do Mundo, 3 (3): p. 155-195. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/95>

Salinas, Silvia M., 2018. Paper de discussão para aprofundar a compreensão de impacto em relação ao contexto de mudanças na América Latina e Caribe. Christian Aid, MIMEO

Solón, Pablo. Assembléia Mundial pela Amazônia, 2021. ¿Es bueno el TLC EU-Mercosur para la Amazonia? Disponível em: <https://asambleamundialamazonia.org/2021/11/30/es-bueno-el-tlc-ue-mercosur-para-la-amazonia/>

Wenkel, Rolf. Deutsche Welle, 2005. Fundações Políticas para manter tradição democrática. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/funda%C3%A7%C3%B5es-pol%C3%ADticas-para-manter-tradi%C3%A7%C3%A3o-democr%C3%A1tica/a-1765847>

Entrevistas realizadas:

Cibele Kuss - Fundação Luterana de Diaconia

Isis Campos - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Letícia Rangel Tura - FASE

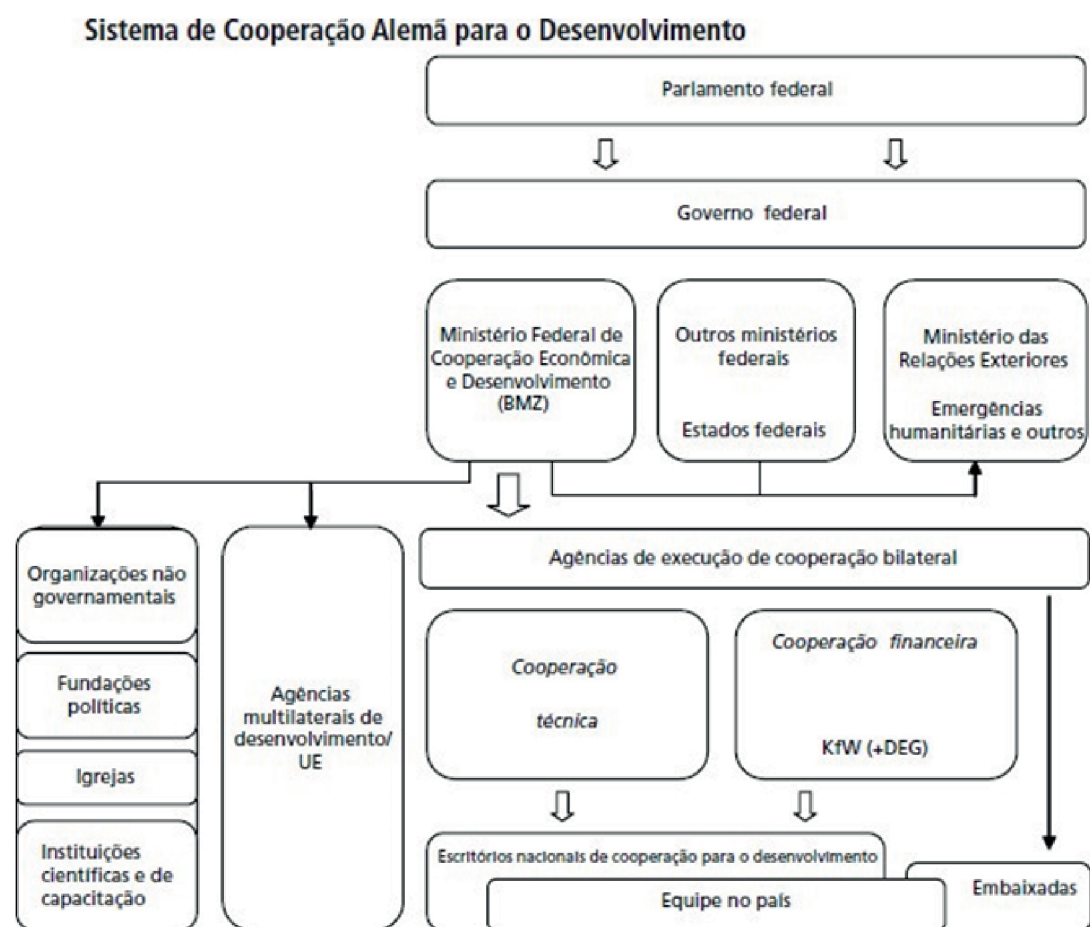
Luiz Ramalho - Consultor

Mathias Fernsebner - Equipe Brasil de Pão para o Mundo

René Ivo e Luiz Kohara - Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

Thomas Fatheuer - Cooperação Brasil – KoBra

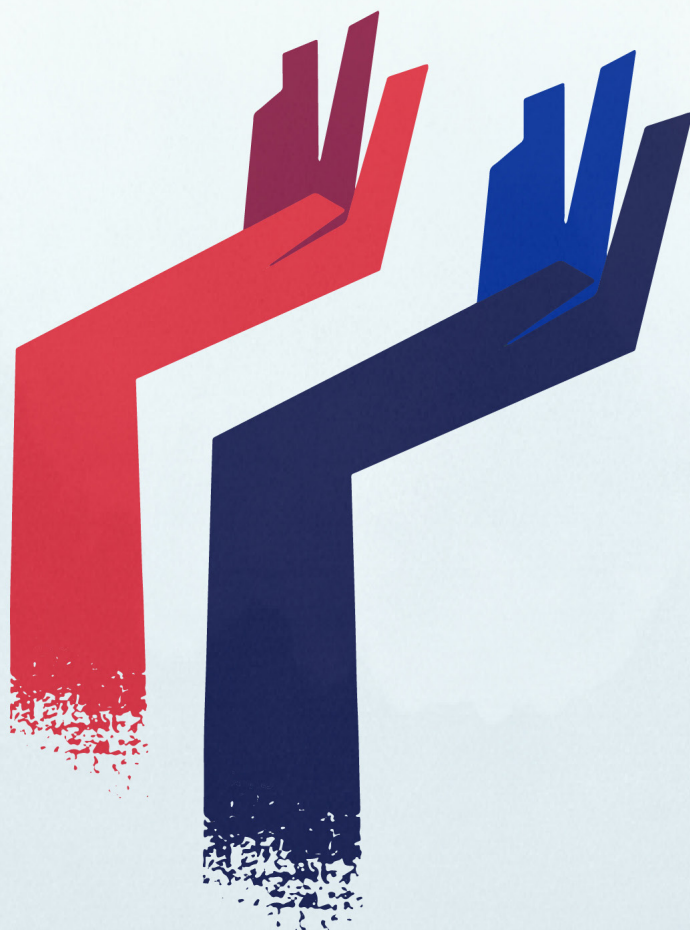
Anexo:



Fonte: Adaptada de OECD (2010, p. 61).

Extraído de: Hernández, Roehrkasten (2011). A cooperação alemã para o desenvolvimento: contexto institucional e prioridades políticas, em: Revista Tempo do Mundo, 3 (3): p. 155-195.

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil – França



EXPEDIENTE

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organização da Sociedade Civil - França é uma publicação do PAD - Processo de Articulação e Diálogo

Autoras: **Mara Manzoni** e **Sheila Tanaka**

Março - Abril 2022

Secretária Executiva: **Júlia Esther Castro França**

Coordenação Executiva:

Mércia Alves - SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia

Renê Ivo Gonçalves - Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

Rogério Hohn - Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Sônia G. Mota - Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE

Vicente Puhl - Heks-Eper

Comunicação: **Kátia Visentainer**

Diagramação e Arte: **Mayra Souza**

Processo de Articulação e Diálogo (PAD)

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil – França

Mara Manzoni Luz e Sheila Tanaka

Abril - Maio 2022

Apresentação

A relação diplomática bilateral entre Brasil e França foi oficializada em 2006, quando os presidentes Lula e Chirac lançaram a Parceria Estratégica entre os dois países. O documento reconhecia o papel global do Brasil e englobava diversas áreas: militar, espacial, energética, econômica, educacional, ajuda para o desenvolvimento e cooperação transfronteiriça. Em agosto de 2019, como consequência das queimadas na Amazônia, o governo francês mobilizou recursos durante o encontro do G7¹ para apoio aos estados afetados. Diante da recusa do Presidente Bolsonaro em aceitar a ajuda, as relações foram estremecidas e o apoio mobilizado focou no Paraguai e na Bolívia².

No atual contexto de redução dos espaços para a sociedade civil no Brasil, faz-se necessário atualizar as análises sobre as relações de cooperação e sobre o papel que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) podem cumprir para aprofundar as relações de solidariedade pela democracia, justiça e pelos direitos humanos.

Para tanto, em 2020, o Processo de Articulação e Diálogo (PAD) e a Associação Brasileira de ONGS (ABONG) realizaram o estudo “[A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento \(CID\) pós 2015: agendas para as Organizações da Sociedade Civil brasileiras](#)” (Maria Elisa Huber Pessina e Elsa Sousa Kraychete). O presente documento tem os objetivos de atualizar este estudo, bem como aprofundar elementos referentes à cooperação norueguesa no Brasil e oferecer argumentos para subsidiar ações de incidência por parte das OSCs brasileiras sobre políticas de cooperação. Dessa maneira, contribuirá com subsídios para futuras oficinas de formação em cooperação internacional, visando ampliar a participação de organizações brasileiras no debate.

Este documento foi elaborado tomando como ponto de partida o estudo de PAD e ABONG. Por essa razão, o texto evita repetir informações já mencionadas no estudo anterior e busca aprofundar em outros aspectos. Foram analisados documentos oficiais do governo francês, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e das agências de cooperação com atuação relevante no Brasil, em uma identificação não-exaustiva de atores e realizadas 04 entrevistas semiestruturadas com representantes de OSCs brasileiras e francesas.

¹ O Grupo dos Sete (G7) é o grupo dos países mais industrializados do mundo, composto por: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, com representação também da União Europeia.

² <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/brazil/>

1. Programas e principais focos

Cooperação Oficial

Dentre os países que compõem o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC) da OCDE, a França é o quinto doador em números absolutos. Quando comparado aos outros países, destaca-se por dedicar uma grande porcentagem de suas doações bilaterais a questões ambientais e aos compromissos das Convenções do Clima, dedicando 76,9% do orçamento para esses temas, enquanto a média dos países membros do DAC é de 35,3%. O país também dedica a maioria de seus apoios aos governos dos países parceiros. Em 2019, 83,8% do orçamento foi dedicado ao setor público, e somente 5% a Organizações Não Governamentais (ONGs)³. Países de baixos ingressos (lower middle- income countries), classificados pelo [Banco Mundial](#) anualmente, são os maiores beneficiários da ajuda bilateral francesa.

A estrutura da cooperação internacional francesa oficial envolve múltiplos atores, e é coordenada pelo Comitê Interministerial para Cooperação Internacional e Desenvolvimento (CICID). Sob a coordenação do CICID, estão três atores principais, o Ministério para Europa e Assuntos Exteriores, o Ministério da Economia e Finanças e a Agência Francesa de Desenvolvimento, além de 10 outras entidades públicas.

A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) é a entidade responsável pelas iniciativas de desenvolvimento e solidariedade internacional. Sua missão é “contribuir para o progresso econômico, social e ambiental dos países de baixa e média renda”. O Grupo AFD é composto pela AFD, sua filial para financiamento do setor privado Proparco e, recentemente incorporada, a agência para cooperação técnica Expertise France, que auxilia no desenvolvimento de políticas públicas.

No Brasil, a AFD mantém um escritório em Brasília⁴ e atua via empréstimos ao setor público e privado (este último através da Proparco), mobilização de fundos para apoio técnico especializado, por meio de apoio-consultoria e de diálogos sobre políticas públicas. Está comprometida a “promover um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário, sendo o clima uma forte marca de sua intervenção na região”. Seus eixos de trabalho no Brasil são: Dar apoio a territórios urbanos, Promover a transição energética e Tecer parcerias para os ODS e o clima. Em todos os eixos, trabalha prioritariamente em parceria com governos municipais, estaduais, ministérios e órgãos públicos.

Um exemplo de iniciativa multissetorial da AFD é o projeto com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, que visa a redução da emissão de gases de efeito estufa nos setores de transporte urbano, energia e manejo de resíduos em diversos municípios. Através de financiamento direto e cooperação técnica, o projeto envolveu instâncias públicas no estado e mobilizou recursos privados, além de instituições francesas envolvidas no suporte técnico à implementação das medidas⁵.

Recentemente, a AFD lançou um projeto com a sociedade civil intitulado “Terrindígena”, para o apoio a 18 comunidades indígenas no Brasil, na Colômbia e no Equador. Os objetivos do projeto são a melhoria das condições de vida nas comunidades e a proteção de 17 milhões de hectares na floresta amazônica. No Brasil, o parceiro será o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) e irá envolver diversas organizações da sociedade civil e ONGs com trabalho com comunidades indígenas na Amazônia.

³ <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/29927d90-en/index.html?itemId=/content/component/5e331623-en&csp=b14d4f60505d057b456dd1730d8fcea3&itemIGO=oecd&itemContentType=chapter>

⁴ <https://br.ambafrance.org/Agencia-Francesa-de-Desenvolvimento-4604>

⁵ Para maiores informações sobre projetos apoiados no Brasil: [Rechercher | Proparco – Groupe Agence Française de Développement](#)

O projeto complementa a iniciativa TerrAmaz, lançada em 2020, que visa o combate ao desmatamento e a transição a um modelo sustentável de desenvolvimento, com foco em Paragominas (PA) e Cotriguaçu (MS), além de outras regiões na Colômbia, no Equador e no Peru.

A AFD também atua em parceria com a Embaixada da França no Brasil, que mantém o Serviço de Cooperação e Ação Cultural (SCAC) para iniciativas nas áreas de artes e cultura; língua francesa e educação; ensino superior, ciência e inovação; governança (modernização do Estado, direitos humanos e justiça) e desafios globais (desenvolvimento sustentável e saúde). O SCAC possui escritórios regionais em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte e trabalha em parceria com diversas organizações francesas presentes no Brasil, como o Centro de cooperação internacional em pesquisa agrônômica para o desenvolvimento (CIRAD) e Campus France, além da AFD.

Apoio a Organizações da Sociedade Civil

Além dos órgãos oficiais, a cooperação francesa apoia OSCs para o cumprimento de seus objetivos. Dos 5% da ODA direcionados às OSCs (480 milhões de dólares em 2019), 67,6% são repassados a ONGs baseadas na França, 19,6% para ONGs internacionais e somente 7,9% para ONGs baseadas nos países receptores.

São poucas as organizações francesas com trabalho significativo com OSCs no Brasil. Destaca-se o trabalho da [CCFD](#) – Comitê Católico contra a fome e o desenvolvimento – Terra Solidária. Primeira ONG francesa de solidariedade e desenvolvimento internacional, a CCFD-Terre Solidaire trabalha há 60 anos ao lado daqueles que lutam diariamente contra todas as causas da fome e que enfrentam as injustiças do atual modelo de desenvolvimento. Para enfrentar esses flagelos, ela foi um dos primeiros a optar por agir de forma diferente e sustentável, trabalhando em parceria com mais de 500 organizações em 67 países. No Brasil, mantém parcerias com OSCs e movimentos sociais atuando pela promoção de iniciativas sustentáveis e pela promoção dos Direitos Humanos.

A [Cáritas Francesa](#) (*Secours Catholique-Caritas France*) é uma associação sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública e presente no âmbito global por meio da rede *Caritas Internationalis*, uma das maiores redes de solidariedade internacional do mundo, que reúne 165 organizações católicas. Sua atuação é contra a pobreza e a exclusão, na França e no mundo, realizando suas missões em colaboração com atores locais, nacionais e internacionais. Na França, têm projetos contra a pobreza energética e digital, acesso a direitos e a alimentos de qualidade. Em 2020, na França, publicou um [importante estudo](#) sobre Fome e Dignidade, estimando que entre 5 a 7 milhões de pessoas precisavam de ajuda alimentar e se encontravam em uma situação de grande vulnerabilidade, pois a pandemia havia exacerbado a intensidade da pobreza já experimentada

No âmbito global, atua em emergências, no desenvolvimento de programas de longo prazo e na mobilização internacional pelo direito à alimentação. Informam o público em geral e os convidam a apoiar projetos internacionais. No Brasil, apoia projetos e visibiliza os temas da reforma agrária, Amazônia (a Rede Panamazônica REPAM⁶) e direitos humanos. Em 2020, tinha como principais parceiros o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ([MST](#)), a Articulação Semiárida Brasileira ([ASA](#)), no projeto da água para a região Nordeste, e a AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia ([Aspta](#)), na promoção da agricultura familiar nas favelas do Rio de Janeiro.

A rede global [Veterinários Sem Fronteira](#) (*Vétérinaires Sans Frontières*), na sua ação francesa, tem apoiado (MST) na sua ação junto ao movimento camponês do Haiti.

⁶ Au Brésil, les peuples autochtones en danger | Secours Catholique (secours-catholique.org)

2. Cooperação francesa no contexto pós pandemia de Covid-19 e temas comuns de incidência

Tendências

A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) tem se mobilizado para responder à emergência sanitária e econômica e traduzir em ações os compromissos assumidos pelo governo francês em matéria de apoio aos países prioritários da ajuda pública francesa ao desenvolvimento, ou seja, principalmente em benefício dos países da África e do Oriente Médio⁷. Na América Latina e na Ásia, a AFD atende aos pedidos de seus parceiros e prepara as operações em modo acelerado para responder à crise sanitária e às suas consequências econômicas e sociais, principalmente sob a forma de linhas de crédito para apoiar as pequenas e médias empresas penalizadas pela paralisia da economia e sob a forma de financiamento orçamental para apoiar as políticas públicas de combate à epidemia. Também iniciou discussões com vários de seus parceiros membros do Clube dos Bancos de Desenvolvimento (IDFC) para preparar programas e projetos de resposta à crise sanitária em seus países ou regiões de intervenção. No caso da região, está a cargo do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

Neste último período as OSCs brasileiras têm sentido um aumento constante da busca por informação sobre o Brasil, dados concretos sobre o que está acontecendo, principalmente em relação às violações dos direitos humanos, a Amazônia, hoje uma prioridade central nas políticas, que desde 2020 conta com a palavra de ordem “Contra desmatamento, não ratificação do acordo UE-Mercosul”. As agências não governamentais, que têm aumentado a solidariedade e os recursos com o Brasil, desempenham um papel importante no apoio às lutas dos povos indígenas. Um exemplo é no Estado do Acre, onde o governo local, sem qualquer consulta às comunidades, possui um projeto de carbono imposto com fundos alemães e estadunidenses, desde 2010.

Na prática, esse projeto tem significado a hipoteca dos territórios indígenas, não trazendo nenhum benefício, pois fala de proteção mas terceirizou, sem critérios transparentes, recursos para organizações locais, gerando divisões e restrições ao uso dos territórios. Neste caso, a CCFD tem apoiado a participação de lideranças indígenas em fóruns nacionais e internacionais (COPs, Fóruns Sociais, Fórum Pan Amazônico) para visibilizar a farsa do projeto e os impactos para as comunidades. Da mesma maneira, os projetos no Brasil têm participado em campanhas da CCFD para arrecadação de fundos, atividades de campanha e comunicação.

Essas ações, juntamente com apoios emergenciais fora dos apoios regulares, têm sido avaliadas positivamente pelas OSCs brasileiras que recebem apoio da cooperação não governamental francesa. “Esses apoios ajudam a enfrentar as dificuldades que organizações indígenas e indigenistas encontram para uma articulação eficaz frente às ameaças do agronegócio (“boiada”) e da pandemia, ou seja, do desmonte hoje em curso no país, das políticas ambientais, dos direitos humanos e das políticas públicas inclusivas.”⁸

Em relação ao momento atual, as OSCs brasileiras sentem que, por parte da cooperação francesa, tem aumentado a preocupação com a defesa dos direitos territoriais e da autossustentação dos povos indígenas. Frente à pandemia, as comunidades tiveram que diminuir os roçados familiares, piorando as situações já existentes de vulnerabilidade alimentar e desnutrição. A isso se somam as muitas idas às cidades pelo tema de saúde, vulnerabilizando ainda mais as comunidades.

Embora haja o aumento da solidariedade, crescem também as exigências burocráticas, como a elaboração de grandes relatórios e auditorias semestrais para pequenos valores. Essa situação gera, algumas vezes, certa desproporcionalidade entre as exigências e o volume dos recursos, em uma tendência de “tecnificar as relações”.

⁷ <https://www.afd.fr/pt/actualites/todas-respostas-da-afd-crise-do-covid-19>

⁸ Entrevista CIMI – Amazônia Ocidental.

Incidência:

O tema climático é hoje a prioridade da cooperação francesa. Pelos sérios retrocessos na questão ambiental por parte do governo atual, as denúncias dos pagamentos dos serviços ambientais, a necessidade do apoio à luta pela demarcação e contra as invasões aos territórios indígenas, este tema tem sua importância frente à atual conjuntura e deve se tornar ainda mais importante nos diálogos.

Um bom exemplo de ação de incidência tem acontecido através da ONG internacional Centro de Análise de Crimes Climáticos (**CCCCA** em inglês), que aglutina promotores e profissionais da aplicação da lei, destinada a apoiar e ampliar a ação climática judicial em todo o mundo em nível nacional e internacional. No Brasil, a CCCC construiu uma ampla e diversificada rede de parceiros, que vão desde autoridades brasileiras e estrangeiras, incluindo a **Europol**⁹, ONGs locais e internacionais, além de organizações populares e indígenas brasileiras. A CCCC trabalha com seus parceiros para inspecionar a cadeia de abastecimento de alguns dos principais matadouros do Brasil e avalia se o gado processado nesses matadouros é originário de terras que foram desmatadas ilegalmente, se a terra está sob embargo federal ou se há outras ilegalidades em sua cadeia de abastecimento, como trabalho forçado ou violência contra os povos indígenas. Além disso, examinam as estruturas financeiras desses matadouros, bem como suas ligações comerciais dentro e fora do Brasil e no exterior.

Como exemplo dessa abordagem, a CCCC forneceu evidências e análises para apoiar **litígios na França** contra o gigante de supermercados Casino sobre o desmatamento e violações dos direitos humanos. A CCCC estabeleceu que o Casino comprava regularmente carne bovina de três matadouros de propriedade da JBS, uma empresa multinacional de empacotador de carne. Os matadouros originaram gado de 592 fornecedores responsáveis por pelo menos 50 mil hectares de desmatamento entre 2008 e 2020, impactando o desmatamento ilegal no Brasil. A Casino é **a maior empresa de varejo de alimentos da América Latina** e é conhecida por estar exposta ao risco de desmatamento em sua cadeia de fornecimento de carne bovina. Esta também é a primeira vez que uma rede de supermercados francesa é levada a tribunal por causa do desmatamento sob a lei francesa de diligência prévia (*due diligence* em inglês). Isso torna possível que organizações indígenas do Brasil e da Colômbia solicitem indenização pelos danos causados às suas terras e seus meios de subsistência.

Nesta experiência, o CCCC tem trabalhado com a ONG francesa Envol Vert cuja missão é a proteção florestal e o desenvolvimento rural. Desde 2011 lutam pela preservação das matas e da biodiversidade na América Latina (fundamentalmente Brasil e Colômbia) e França, criando vínculos com as comunidades locais para promover iniciativas de conservação, participar no desenvolvimento rural sustentável e desenvolver alternativas econômicas ao desmatamento. Envol Vert também trabalha para conscientizar através de campanhas de impacto global, como a do Casino que, no Brasil, contou com o apoio da **Repórter Brasil** e do **Instituto Centro de Vida**, na completa **pesquisa sobre a cadeia produtiva da carne e os efeitos no desmatamento da Amazônia**. Em sua visão, o incremento do desmatamento e o aumento da sensibilidade sobre este tema tem permitido o fortalecimento das relações de trabalho entre as organizações da França e do Brasil. Isso tem possibilitado resultados como a paralisação de negociações de tratados comerciais sem condicionantes para a proteção do meio ambiente, através de um aumento da pressão interna e externa.

Em outro campo de atuação da solidariedade francesa, em dezembro de 2018, dada a crescente criminalização dos movimentos sociais no Brasil, 18 organizações francesas de solidariedade internacional decidiram lançar uma coalizão para fazer convergir suas ações em favor da democracia brasileira. A **Coalizão Solidariedade Brasil**, em parceria com OSCs brasileiras, “desenvolve na França e na Europa ações de sensibilização, de visibilidade e de defesa dos direitos, especialmente com os

⁹ Agência da União Europeia (UE) responsável por garantir o cumprimento da lei, sediada em Haia, Países Baixos. Presta apoio aos 27 Estados-Membros da União no âmbito da luta contra as formas graves de criminalidade internacional e de terrorismo e colabora com países e organizações internacionais.

grupos vulneráveis”. Para isso, lançaram uma campanha intitulada “O Brasil resiste. Lutar não é um crime”, criando um **barômetro**, como instrumento para o monitoramento da situação brasileira, em relação à pressão sofrida pela sociedade civil desde o golpe de 2016, com importantes relatórios para os anos 2019 e 2020. Os principais temas trabalhados são: direitos dos povos indígenas, conflitos socioambientais (especialmente na questão das barragens), violência contra as mulheres, racismo e as violências policiais, liberdade de expressão, moradia, acesso à terra, educação e comunidade LGBTQI+.

3. Conclusão: Aprendizados e desafios para o fortalecimento da cooperação com as OSC e a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)

Pelo volume de informações coletadas, a principal conclusão é a necessidade de retomar e/ou fortalecer as parcerias entre organizações francesas e brasileiras, tendo como mira um amplo leque de solidariedade e cooperação. As parcerias mais produtivas tem sido aquelas com foco em evidenciar e analisar problemas locais vinculados a atores ou ações internacionais. Um exemplo é o trabalho contra os grupos de distribuidores franceses, combinando proposições de soluções locais e a sensibilização dos consumidores da França sobre os impactos do desmatamento e dos retrocessos em políticas públicas e legislação ambiental hoje no Brasil.

Além disso, o fortalecimento da parceria entre organizações brasileiras e francesas possibilita uma incidência eficiente sobre os governos da França e da Europa, gerando pressão interna e externa para que os acordos comerciais internacionais contemplem condicionantes para a proteção do meio ambiente, a exemplo do União Europeia- Mercosul). Nesse sentido, também podem influenciar decisões sobre a ajuda financeira a projetos com comunidades, explicitando a necessidade de que os fundos do governo francês para questões climáticas não sejam utilizados somente para compensações.

A fluidez das relações políticas históricas entre os dois países faz com que a pauta da solidariedade com a América Latina e o Brasil possa ser reforçada na França. Apesar da crise das relações internacionais, em função das posturas do governo brasileiro em relação ao francês, com rompimentos frequentes de princípios fundamentais nas relações diplomáticas, somado aos riscos do cenário das eleições em ambos os países colocam sobre o futuro, é possível fortalecer relações políticas em temas como os impactos climáticos sobre comunidades e a soberania alimentar, reforçando uma cumplicidade histórica que tem sobrevivido, historicamente, à redução das agendas oficiais comuns.

Referências bibliográficas

Au Brésil, des fossoyeurs de l'Amazonie deviennent ses défenseurs | Secours Catholique (secours-catholique.org)

Au Brésil, les peuples autochtones en danger | Secours Catholique (secours-catholique.org)

Au Brésil, le retour à la terre pour vivre mieux | Secours Catholique (secours-catholique.org)

<https://envol-vert.org/es/actualidades/2021/03/casino-demandado/>

<https://www.afd.fr/en/actualites/empowering-indigenous-communities-amazon?origin=/en/rechercher?query=brazil>

<https://www.afd.fr/fr/actualites/9-5-millions-lutte-deforestation-developpement-amazonie>

Rapport-Casinoécoresponsable-de-la-déforestation.pdf (stackpathcdn.com)

<https://www.business-humanrights.org/pt/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/brasil-manifesto-de-ons-francesas-pedem-a%C3%A7%C3%B5es-concretas-da-fran%C3%A7a-contra-as-queimadas-na-amaz%C3%B4nia/>

Entrevistas

Elie Favrichon - Gestora de projetos de pegada florestal - ONG Envol Vert

Isis Campos - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Ivanilda Torres dos Santos - Conselheira do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Regional Amazônia Ocidental.

Leonardo Godoy - Administrative Assistant - Centro de Análise de Crimes Climáticos (CCCA)

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil - Holanda



EXPEDIENTE

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organização da Sociedade Civil - Holanda é uma publicação do PAD - Processo de Articulação e Diálogo

Autoras: **Mara Manzoni**

Junho 2022

Secretária Executiva: **Júlia Esther Castro França**

Coordenação Executiva:

Mércia Alves - SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia

Renê Ivo Gonçalves - Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

Rogério Hohn - Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Sônia G. Mota - Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE

Vicente Puhl - Heks-Eper

Comunicação: **Kátia Visentainer**

Diagramação e Arte: **Mayra Souza**

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil – Holanda

Mara Manzoni Luz
Junho 2022

Introdução

Nas décadas de 80 e 90, a cooperação não governamental holandesa teve uma importante contribuição na construção e no fortalecimento de grande parte das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) brasileiras. Por diferentes razões, tais como priorizações geográficas, desencontros temáticos ou pressões de seus públicos, a maioria dessas agências já não estão presentes no Brasil. O fato do Brasil ser considerado um país não prioritário na lista da cooperação governamental holandesa foi um fator importante para agências, que necessitam de recursos públicos para sobreviver, deixarem o Brasil. Para Robert Wiggers¹, há 15 anos quando o Brasil atingiu o status de país de renda média na lista Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), impactou muito o financiamento disponível para o Brasil e o governo holandês decidiu concentrar sua cooperação com o Brasil em Assistência e Comércio primeiro e, depois, apenas no Comércio.

Em 2020, o Processo de Articulação e Diálogo (PAD) e a Associação Brasileira de ONGS (ABONG) realizaram o estudo “[A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento \(CID\) pós 2015: agendas para as Organizações da Sociedade Civil brasileiras](#)” (Maria Elisa Huber Pessina e Elsa Sousa Kraychete). O presente documento tem os objetivos de atualizar este estudo, aprofundar elementos referentes à cooperação holandesa Brasil, oferecer argumentos para subsidiar ações de incidência por parte das OSCs brasileiras sobre políticas de cooperação e contribuir para futuras oficinas de formação em cooperação internacional, visando ampliar a participação de organizações brasileiras no debate.

Este documento busca aprofundar documentos oficiais do governo holandês, da OCDE e das agências de cooperação com atuação relevante no Brasil, em uma identificação não-exaustiva de atores. Foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com representantes de organizações holandesas, de OSCs brasileiras e consultorias especializadas.

¹ Entrevista com Robert Wiggers, Assessor de Programas da Gansos Selvagens

1. Programas e principais focos

Cooperação Oficial

Dentre os países que compõem o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC) da OCDE, a Holanda é o sétimo maior doador, com o total de 5.4 bilhões de dólares estadunidenses para a assistência oficial ao desenvolvimento, sendo que essa soma corresponde a 0.59% do seu PIB. A Holanda é conhecida por articular, de maneira proativa, a cooperação para o desenvolvimento com o comércio, sendo o país líder na ajuda para essa área econômica. Segundo relatório da OCDE de 2020², a Holanda, através do seu organismo oficial de desenvolvimento (ODA em inglês, do original Officiële Ontwikkelingshulp em neerlandês), possui “*um definido foco geográfico e temático e é um dos líderes de apoio à igualdade de gênero e organizações das mulheres*”. O governo tem três ambições no âmbito da cooperação para o desenvolvimento: “a erradicação da pobreza extrema no período de uma única geração; a promoção de sustentabilidade, inclusive crescimento que beneficia as populações mais pobres e mais vulneráveis em todas as partes do mundo; contribuir ao sucesso das suas empresas nacionais no exterior”.

Suas áreas temáticas prioritárias, focadas nos direitos e oportunidades das pessoas são:

- a) Segurança;
- b) Ordem jurídica;
- c) Gestão de recursos hídricos;
- d) Alimentos e agricultura;
- e) Saúde e direitos sexuais e reprodutivos (em busca de nascimentos saudáveis e desejados, partos seguros e a livre escolha de parceiros)³.

Resiliência local e ação climática, com crescente foco na adaptação e promoção do empreendedorismo são prioridades emergentes, juntamente com o compromisso de formar e apoiar alianças e fortalecer a contribuição do setor privado para a cooperação para o desenvolvimento.

Segundo seu documento de política sobre desenvolvimento e comércio “[Investindo na projeção global: Para o Mundo, para a Holanda](#)” (2018), o país prioriza seus recursos para as regiões africanas do Sahel, Chifre e norte e o Oriente Médio, com a visão de combater as causas da pobreza, imigração irregular, terrorismo e mudanças climáticas.

A maior parte do orçamento é administrada pelo Ministério de Relações Exteriores e o Banco Holandês de Desenvolvimento empresarial (FMO)⁴ mobiliza recursos adicionais do setor privado, com cerca de 30% destinados aos países em contexto de fragilidade ou de baixos ingressos. Em 2020 a Holanda distribuiu 289 milhões de dólares estadunidenses para as respostas dos países parceiros ao COVID-19, sendo 37 milhões para investimentos relacionados à saúde.

² OECD (2020), Development Assistance Committee Members and Civil Society, The Development Dimension, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/51eb6df1-en>

³ [Cooperação para o desenvolvimento: Países Baixos e Brasil | Brasil | Holandaevoce.nl](#)

⁴ O Brasil, juntamente com África do Sul e Índia, faz parte, desde setembro de 2020 da iniciativa Lab - Inovação Global para Finança Climática, dirigida a apoiar fundos privados para a ação climática nos países em desenvolvimento. Mais detalhes (em inglês) em: [news - The Lab launches eight new finance solutions to drive climate action and green recovery - FMO](#)
A lista completa de projetos conjuntos encontra-se em: [Brasil FMO](#)

Embaixada Real da Holanda no Brasil

Como a promoção e garantia dos direitos humanos em todo o mundo são algumas das prioridades da política externa do governo holandês, a Embaixada no Brasil lança o [Fundo de Direitos Humanos - Brasil](#), criado para oferecer subsídios a organizações que trabalham para promover os direitos humanos, sob o escopo das prioridades estabelecidas pelo governo holandês. Para 2022 as prioridades foram: liberdade de expressão e de imprensa, liberdade de religião e crença, apoio a defensores dos direitos humanos e espaço para a sociedade civil, direitos iguais para pessoas LGBTI+, direitos iguais para mulheres e meninas, promoção da ordem jurídica internacional / Estado de direito.

Em 2022, o Fundo esteve disponível para pessoas jurídicas de direito privado, incluindo Microempreendedores Individuais e Micro e Pequena Empresas com CNPJ válido se atuante no Brasil ou organismo internacional. Foram elegíveis projetos que necessariamente abordaram ao menos uma das seis prioridades do Fundo de Direitos Humanos listadas acima e que fossem integralmente executados no Brasil, após 01 de abril de 2022 e no mais tardar, 20 de dezembro de 2022. O valor máximo da contribuição financeira para um projeto de longa duração, acima de 18 meses, foi de R\$ 395.000,00 para “projetos de organizações experientes ou com base em iniciativas bem-sucedidas similares já existentes”. Existe também um edital público sobre “*Conexões Culturais - Cidades Habitáveis*”, que busca “*facilitar a cooperação internacional entre a Holanda e o Brasil na área de cultura, e envolve a Embaixada e os Consulados Gerais e convida instituições culturais, artistas, profissionais de cultura, designers, escritores, poetas, fotógrafos, tecnólogos, músicos, cineastas e historiadores a apresentarem propostas que visam o intercâmbio entre esses dois países*”.⁵

Cooperação não governamental

Desde a década de 80, a cooperação não governamental holandesa contribuiu para o fortalecimento da sociedade civil brasileira. Com naturezas bastante distintas, agências como Novib ([atualmente OXFAMNOVIB](#)), Cebemo (posteriormente Organização Católica para Ajuda a Emergências e Desenvolvimento - [Cordaid](#)), ICCO⁶, Solidaridad (hoje [SolidaridadNetwork](#)), apoiaram os esforços pela democracia no Brasil ainda no final do período da ditadura. “*Em 1989 a ICCO, como precursora, já construía suas políticas para o país de maneira participativa com seus parceiros. A Novib teve um papel importante pois apoiava sujeitos sociais e não projetos e realizava consultas anuais via uma plataforma de contraparte. Na época, ela possuía dois Grupos de Trabalho muito importantes: um sobre gênero, que ajudou as medias e grandes ongs a entender a perspectiva de gênero e mudar as posições machistas dos anos 90; outro inédito sobre indicadores, que sistematizava a importância de contar com parâmetros objetivos no planejamento e que marcou o debate no período*”.⁷

Para Sérgio Haddad, “*havia uma diferença importante no modelo holandês, que incluía também uma organização laica, a Novib, com o objetivo de criar uma distribuição adequada dos recursos, em termos de filiação ou não às Igrejas*”⁸. Em entrevista à Jan van Bentum, oficial de projetos da ICCO quem esteve inúmeras vezes no Brasil, ele pontuava que “*o fundamental nas ações de cooperação internacional naquele momento era a criação de condições para que as pessoas excluídas pudessem ter mais espaço para participar dos processos de tomada de decisão naquilo que dizia respeito às suas vidas*”⁹.

⁵ Mais informações em: [Chamada Aberta – Conexões Culturais, Cidades Habitáveis 2022 | Boletim de notícias | Holandaevoce.nl](#)

⁶ Em 2021, ICCO e Cordaid realizaram uma fusão para “juntar forças, aumentando o impacto de trabalhar os desafios globais atuais, unindo o setor de desenvolvimento holandês e adaptando-se às necessidades do desenvolvimento internacional”. Em [Our history – Cordaid International](#)

⁷ Entrevista com Domingos Armani

⁸ Sérgio Haddad em <http://dx.doi.org/10.1590/0103-730720140750> – página 7

⁹ Idem página 11

As maiores agências holandesas eram tradicionalmente muito dependentes dos subsídios do governo holandês. “Com a diminuição do financiamento oficial do governo disponível para o trabalho no Brasil, muitos deles pararam suas relações com parceiros. As mudanças de prioridades na política holandesa, além do impulso, um tanto estimulado pelo próprio governo como pela mídia de que a ajuda holandesa estava muito difundida, fez com que a maioria das agências parasse completamente de apoiar parceiros no Brasil”¹⁰.

Atualmente ainda estão em vigor experiências interessantes, com destaque para a [Gansos Selvagens](#) (Wilde Ganzen em neerlandês), fundada em 1957 com a missão de reduzir a pobreza e a desigualdade através de iniciativas lideradas pelas comunidades. “Nós apoiamos organizações comunitárias no Sul Global e os seus parceiros holandeses na busca de fundos para, conjuntamente, conseguir um futuro melhor porque acreditamos que as comunidades devem ter o controle sobre o seu próprio desenvolvimento”. No Brasil, apoia, desde 2006 a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). Possui uma iniciativa considerada interessante, a “Mude o Jogo” ([Change the Game Academy](#) em inglês), que é um programa de capacitação para organizações comunitárias e pequenas ongs em 14 países de renda baixa e média, incluindo aprendizado virtual e presenciais e “coaching” individual sobre arrecadação eficaz de recursos nacionais e internacionais.

[Hivos](#), o Instituto Humanista para a Cooperação para o Desenvolvimento (do neerlandês Humanistisch Instituut voor Ontwikkelingssamenwerking) é uma instituição internacional com sede em Haia, Holanda, que apoia OSCs na África, América Latina, Oriente Médio e Ásia. Junto com os povos indígenas e comunidades locais, tem o projeto [Todos os olhos na Amazônia no Brasil](#), Equador e Peru, que coleta informações sobre a destruição da floresta, por meio de imagens de satélites, níveis de desmatamento e detecta violação dos direitos humanos com drones e celulares. “*Nós fazemos uso pleno das soluções tecnológicas e do conhecimento local para ajudar a defender os interesses dos povos indígenas e, ao coletar evidências, trazemos mudanças estruturais através de lobby, campanhas de divulgação e aplicação das leis*”¹¹.

A [Fundação Laudes](#), sediada financeiramente na Suíça, representa o campo de uma nova filantropia que conta com um volume significativo de recursos. Ela teve uma presença fugaz no Brasil, trabalhando com parceiros para garantir direitos trabalhistas, acelerar a produção de algodão sustentável e promover a transição para uma nova economia, com forte ênfase na promoção de gênero, igualdade e inclusão. Saiu do Brasil por motivo de redução de custos mas ainda apoia algumas OSCs brasileiras, entre elas a [ESPLAR](#), no seu trabalho junto a agricultoras e agricultores familiares do Ceará na produção, para o comércio justo, do [algodão agroecológico](#).¹²

Desde 1995 a [Fundação Porticus](#) coordena os esforços filantrópicos da família holandesa [Brenninkmeijer](#), com o objetivo de “criar um futuro sustentável onde a justiça e a dignidade humana floresçam”. Na América Latina, cujos países prioritários são Colômbia, Peru e Brasil, seu propósito é o enfrentamento da desigualdade e apoio a grupos vulneráveis, com brande foco na Amazonia, a partir da presença das pastorais da Igreja Católica Romana, em uma perspectiva panamazonica. Possui sua sede regional em São Paulo e não aceita receber projetos e busca as organizações que deseje apoiar.

A Fundação [Bernard Home - Bernard van Leer Foundation](#) com presença há mais de 30 anos no Brasil tem na primeira infância (0 a 5 anos) seu foco e missão. Atualmente possui 25 projetos espalhados no território nacional, com parcerias no âmbito municipal em uma perspectiva tripartite, entre a Fundação, com apoio financeiro e técnico, organismos ou empresas e prefeituras, priorizando municípios liderados por prefeitas negras e indígenas. Financia projetos pilotos e conta com um escritório de 3 personas de apoio em São Paulo.

¹⁰ Entrevista com Robert Wiggers.

¹¹ Mais informações (em português e inglês): TOA – O Programa Todos os Olhos na Amazônia (todoslosojosenaamazonia.org)

¹² Entrevista com Domingos Armani.

As mais de 100 organizações holandesas que trabalham com o desenvolvimento internacional pelo mundo contam com uma plataforma chamada [Partos](#) que, “*por meio da defesa dos interesses de seus membros, no campo da incidência, comunicação e inovação, ajuda os associados a trabalhar com sucesso na criação de um mundo justo, justo e sustentável para todos, se esforçando para conectar, fortalecer, renovar e representar seus membros, a fim de contribuir para uma cooperação efetiva no desenvolvimento*”. Partos representa organizações em vários fóruns tanto em Haia, nos círculos europeus como nas plataformas globais e na mídia. Seu trabalho de incidência promove os interesses das organizações na promoção de interesses conjuntos e influencia a política em relação ao público, ao setor privado e à política. A equipe de *lobby* do Partos também apoia seus membros com as Parcerias Estratégicas do Ministério das Relações Exteriores holandes.

As ONGs brasileiras e a parceria com a cooperação holandesa

“A experiência de cerca de 30 anos de cooperação entre a FASE e as agências holandesas de co-financiamento e apoio a projetos de organizações não governamentais refletiu as profundas transformações do contexto sócio-político brasileiro e holandês ao longo desse período. Ao longo dessas três décadas, a FASE teve o apoio, em diferentes momentos, de organizações holandesas como Cebemo (Cordaid), ICCO, Novib e Solidaridad e enfrentou os desafios da sustentação dessas complexas relações de parceria num contexto crescentemente adverso, sobretudo a partir da primeira década do século atual.

É preciso destacar o papel extremamente relevante da cooperação holandesa no período de resistência democrática à ditadura e redemocratização do país – inclusive como parte de uma estratégia do governo holandês de apoiar a oposição à ditadura militar no Brasil através dos seus braços de ação não governamentais. Organizações como ICCO e Novib tiveram papel relevante no apoio a um leque de organizações relevantes, que ia da CUT ao Cebrap. A partir da redemocratização, é inquestionável o papel da cooperação holandesa no apoio a uma agenda inovadora – apoiando a incorporação pelas ONGs e movimentos sociais de temas como gênero, direitos humanos, sustentabilidade ambiental e igualdade racial. A partir da primeira década do século, a cooperação holandesa passou por um processo de recuo político (condicionado pela hegemonia da direita neoliberal na Holanda e a aproximação das agências com o setor empresarial na Holanda) – acompanhado em alguns casos da sua retirada do Brasil. Não obstante, como disse Kees (Biekart Anneke Jansen e Leilah Landim, Marchas e contramarchas da cooperação – a parceria ICCO-FASE (1983-2010), p. 185), “o que é bom não deve ser esquecido”: a cooperação entre OSCs brasileiras e agências holandesas é uma bela página da solidariedade internacional.”

Jorge Eduardo Saavedra Durão - FASE

2. Cooperação holandesa no contexto pós pandemia de Covid-19: temas comuns de incidência e aprendizados

Embora a cooperação não governamental holandesa no Brasil hoje seja residual no Brasil, comparada com o passado, ainda há possibilidades de incidências conjuntas. Como a cooperação oficial vincula a assistência ao comércio e busca gerar oportunidades para as empresas holandesas, seria importante, a partir dos aprendizados da experiência concreta da FASE Espírito Santo (ES):

- Monitorar, de maneira permanente, as políticas comerciais internacionais da Holanda, que influenciam as políticas de cooperação, tanto governamentais quanto não-governamentais, buscando novas parcerias, atualizando relações para proposições conjuntas.

- Visibilizar as experiências de ações e processos conjuntos e consistentes, como coalizões, plataformas e redes. Em um momento de retrocesso e redução de espaços da sociedade civil, bem como de diminuição de recursos, atores de distintos campos sociais adquirem renovada importância.

- Conhecer mais profundamente o movimento global de descolonização da cooperação “*Shift the power*” (mudando o poder em inglês) que é bastante forte na Holanda¹³ e busca um novo parâmetro de cooperação.

- Articular, de maneira inovadora, a combinação entre mudanças climáticas e combate à pobreza e desigualdades, conectando os dois temas para aumentar as resiliências das comunidades rurais e urbanas e recolocar o tema do modelo de desenvolvimento. Dependendo dos resultados das eleições brasileiras, o tema voltará a ser parte das políticas públicas e do debate internacional e a sociedade civil voltará a ter um papel na discussão do modelo de desenvolvimento que favoreça o enfrentamento das mudanças climáticas, principalmente sobre o papel especial da Amazônia no debate internacional e das desigualdades. Importante articular esse debate ao espaço urbano, já que na sua grande maioria, a cooperação privilegia uma visão rural da questão do meio ambiente, o que não deixa de ser uma visão ainda eurocentrista e neocolonial do país.¹⁴

- Atualizar o mapeamento das Iniciativas holandesas de desenvolvimento privado, que são pequenas organizações de pessoas voluntárias que arrecadam fundos na Holanda para um projeto que consideram “delas”. *“No passado, esses projetos eram iniciados por missionários protestantes e católicos holandeses, turistas holandeses que se sentiam tocados pelas enormes diferenças entre ricos e pobres no Brasil, que queriam fazer algo pelas pessoas que conheceram, e cidadãos holandeses que trabalharam no Brasil e voltaram para a Holanda com o mesmo sentimento que precisavam fazer algo. Essas Iniciativas de Desenvolvimento Privado foram apoiadas por uma infinidade de organizações de apoio. Todas elas, exceto Gansos Selvagens receberam subsídio do governo para igualar os fundos que levantavam na Holanda. O número dessas iniciativas tornou-se menor no Brasil, porque as missionárias e missionários morreram, os padrões turísticos mudaram com turistas holandeses se espalhando por mais países no Sul Global, mas certamente também porque muitas lideranças envelheceram e não encontraram sucessores e sucessoras. Os jovens ainda apoiam iniciativas desse tipo, mas mudam as prioridades com mais frequência e não apoiam a mesma causa por um período prolongado”.*¹⁵

- Aumentar a atenção na mídia holandesa sobre o que está acontecendo no Brasil, tanto no contexto das mudanças climáticas, quanto no contexto dos Direitos Humanos. *“O medo maciço, especialmente entre a juventude holandesa, sobre as mudanças climáticas, além dos crimes relacionados aos direitos humanos do governo brasileiro, e o clamor pela guerra na Ucrânia faz com que as pessoas voltem a perceber o quão importante é a sociedade civil para a proteção da democracia, das pessoas e do planeta”*¹⁶

¹³ Para mais informações (em inglês) ver *Shift the Power* – Partos.

¹⁴ Discussão durante entrevista com Domingos Armani.

¹⁵ Entrevista com Robert Wiggers.

¹⁶ Entrevista com Robert Wiggers.

Ao mesmo tempo, as OSCs precisam ter uma postura muito mais ativa e encontrar formas criativas de atrair a atenção da mídia e, posteriormente, da atenção de doadores individuais e do governo holandês.

A FASE Espírito Santo (ES) tem uma experiência, ainda recente, de parcerias junto a organizações da sociedade civil holandesa. As relações tiveram início quando as empresas holandesas BOSALIS e VanOord estavam sendo monitoradas pelos crimes ambientais na construção do porto de Suape no Recife (PE) e conheceram as ongs Both Ends¹⁷, com importante trabalho de monitoramento das agências de crédito e exportação holandesas que tem participação do governo holandês, e MilieuDefensie¹⁸. Ambas tem participação ativa na Campanha Global Anti Shell na América Latina, que teve importante vitória jurídica na Corte Suprema da Holanda, por crimes da empresa na Nigéria. Atualmente apoiam a Campanha “Nem um poço a Mais!”, contra a instalação do porto central no município de Presidente Kennedy no sul do Espírito Santo. Ambas as organizações de solidariedade trabalham com o tema da cadeia produtiva do petróleo, com processos de cooperação internacional *“que passam por muitas ações nos países onde as decisões são tomadas, o que ajuda a enfrentar o poder do outro lado e nos dá uma articulação internacional da luta, o que é muito importante porque a pressão lá fora funciona muito mais eficazmente... temos uma ótima relação por meio de visitas regulares, conhecimento dos grupos locais, acompanhamento das redes locais de zap”*¹⁹.

A área do porto é uma parte do PRE SAL, que é responsável por cerca de 80% da produção de petróleo e gás no Brasil e mobiliza muitas empresas holandesas. Porto Central é um mega investimento que inicialmente contava com 30% do porto de Roterdã e 70% de uma empresa brasileira e do governo estadual. Depois da saída do porto como investidor, entrou a VanOord, em articulação com os consulados da Holanda do RJ e do ES, já que a empresa Shell opera na Bacia de Campos, no RJ. A projeção inicial era de 300.000 barris por dia, com a proposta de vários terminais privados, refinarias para óleo diesel para 4500 navios por ano. Até a entrevista com a pessoa responsável na FASE ES, não havia sido possível uma reunião com a Embaixada da Holanda sobre o caso. Esse contato seria muito importante porque, segundo estudos, o porto destruirá a fonte de trabalho de mais de 400 famílias de pescadoras e pescadores em Kennedy e municípios vizinhos, que perderão o acesso ao mar, com um impacto grande na destruição de corais e uma área de mais de 10.000 hectares de restinga e alagados, na Mata Atlântica, afetando as comunidades quilombolas no sul do Estado. A previsão de que, com a chegada de 3000 homens como mão de obra rotativa e precária e sem nenhuma condicionante, aumentará a violência contra mulheres e meninas, contradizendo a prioridade internacional do próprio governo holandês. Até o momento há uma importante mobilização popular contra o porto, que inclui a Igreja Católica Romana, pois a obra destruirá também o patrimônio histórico do século 16, a Igreja Nossa Senhora das Neves local de romaria histórica que se encontra em processo no Vaticano para tornar-se santuário. A ideia é mobilizar a conferência católica holandesa.

Jorge Eduardo Saavedra Durão - FASE

¹⁷ A organização busca fortalecer a sociedade civil global para obter influência crítica sobre decisões e atividades que afetam os direitos das pessoas e do meio ambiente, incluindo direito à água, alimento e um ambiente seguro para viver.

¹⁸ **Milieudefensie** (defesa Ambiental em neerlandês) é uma organização ambiental holandesa fundada em 1971, por um grupo de cientistas responsáveis pelo informe ao Club of Rome. Realiza pesquisas e produz seus próprios relatórios, algumas vezes requisitados pelo governo e também realiza ações com outras organizações como o Partido Verde e a Amigos da Terra.

¹⁹ Entrevista FASE-ES.

Referências bibliográficas

OECD (2020), Development Assistance Committee Members and Civil Society, The Development Dimension, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/51eb6df1-en>

DAC member financial flows for CSOs | READ online (oecd-ilibrary.org)

<https://www.government.nl/ministries/ministry-of-foreign-affairs>

<https://www.government.nl/documents/policy-notes/2019/11/28/policy-framework-strengthening-civil-society>

Netherlands | Donor Tracker

<https://www.government.nl/documents/policy-notes/2019/11/28/policy-framework-strengthening-civil-society>

Sérgio Haddad - Paulo Freire e o papel das Agências de Cooperação Europeias no apoio à Educação Popular no Brasil - <http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201407507>

Working in and on fragility - Cordaid International

Solidaridad | Winst voor iedereen. Het kan. Doe je mee?

Valentin, Paul (2021). Virtual Walk Talk Listen with Paul Valentin (episode 66). Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0026uCB2w20fOHAVxJ3oOZ> Acesso em 28.12.2021.

Entrevistas e testemunhos

Christina Winischoffer | Programme Administrator Brasil – Fundação Bernand Van Leer

Domingos Armani | Consultor

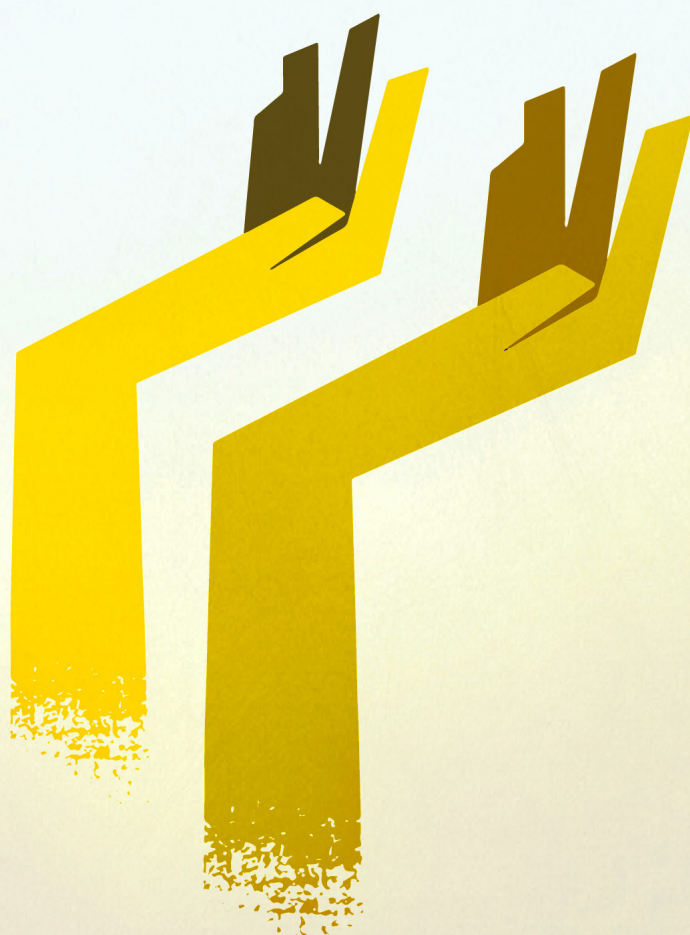
Jorge Eduardo S. Durão | FASE

Marcelo Calazans | Coordenador Regional da FASE no ES

Robert Wiggers | Assessor de Programas – Gansos Selvagens

Viviane Hermida | CESE

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil – Noruega



EXPEDIENTE

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organização da Sociedade Civil - Noruega é uma publicação do PAD - Processo de Articulação e Diálogo

Autoras: **Mara Manzoni** e **Sheila Tanaka**

Janeiro 2022

Secretária Executiva: **Júlia Esther Castro França**

Coordenação Executiva:

Mércia Alves - SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia

Renê Ivo Gonçalves - Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

Rogério Hohn - Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Sônia G. Mota - Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE

Vicente Puhl - Heks-Eper

Comunicação: **Kátia Visentainer**

Diagramação e Arte: **Mayra Souza**

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil – Noruega

Mara Manzoni Luz e Sheila Tanaka

Janeiro 2022

Apresentação

Há mais de 30 anos, Brasil e Noruega mantêm uma relação considerada estratégica pelos dois países. A cooperação em áreas como meio ambiente, economia e povos indígenas inclui as esferas governamentais, não governamentais e envolve até a monarquia do país europeu. No contexto de redução dos espaços para a sociedade civil no Brasil, faz-se necessário atualizar as análises sobre as relações de cooperação e sobre o papel que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) podem cumprir para aprofundar as relações de solidariedade pela democracia, justiça e pelos direitos humanos.

Para tanto, em 2020, o Processo de Articulação e Diálogo (PAD) e a Associação Brasileira de ONGS (ABONG) realizaram o estudo “A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) pós 2015: agendas para as Organizações da Sociedade Civil brasileiras” (Maria Elisa Huber Pessina e Elsa Sousa Kraychete). O presente documento tem os objetivos de atualizar este estudo, bem como aprofundar elementos referentes à cooperação norueguesa no Brasil e oferecer argumentos para subsidiar ações de incidência por parte das OSCs brasileiras sobre políticas de cooperação. Dessa maneira, contribuirá com subsídios para futuras oficinas de formação em cooperação internacional, visando ampliar a participação de organizações brasileiras no debate.

Este documento foi elaborado tomando como ponto de partida o estudo de PAD e ABONG. Por essa razão, o texto evita repetir informações já mencionadas no estudo anterior e busca aprofundar em outros aspectos. Foram analisados documentos oficiais do governo norueguês, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e das agências de cooperação com atuação relevante no Brasil, em uma identificação não-exaustiva de atores. Foram realizadas seis entrevistas semi-estruturadas com representantes de organizações norueguesas, de OSCs brasileiras, da Embaixada Real da Noruega no Brasil e consultor especializado.

O documento está organizado em quatro seções, além desta apresentação:

1. Programas e principais focos da cooperação não governamental, oficial e as prioridades de ação;
2. Reflexões sobre as mudanças na conjuntura pós-Covid-19;
3. Argumentos e questões identificadas para o aprofundamento da incidência das OSCs;
4. Conclusão: sistematização dos aprendizados e reflexões para o próximo período.

1. Programas e principais focos

Dentre os países que compõem o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC) da OCDE, a Noruega se destaca por doar uma das maiores fatias de seu PIB (segunda maior porcentagem) – 1,1% em 2020. Desde 1976, o país se mantém no grupo dos 5 maiores doadores da cooperação no mundo¹.

O Ministério das Relações Exteriores da Noruega é responsável pela elaboração da política de cooperação, que se baseia nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e se dá em cinco áreas prioritárias: Educação | Saúde | Alterações climáticas, o meio ambiente e os oceanos | Desenvolvimento do setor privado, agricultura e energia renovável | Ajuda humanitária. Direitos humanos, igualdade de gênero, alterações climáticas/meio ambiente e combate à corrupção são consideradas questões transversais.

A centralidade da agenda climática e florestal na cooperação internacional, somada ao interesse energético das empresas norueguesas por petróleo e tecnologia, fazem do Brasil um parceiro estratégico - ainda que não seja um destinatário prioritário nas suas políticas de ajuda humanitária e desenvolvimento, como é o caso de países da África.

A cooperação oficial com o Brasil se dá por meio de suas agências oficiais Norad (Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento) e Norfund (Fundo Norueguês de Investimento), instituição financeira que mobiliza recursos privados e os alinha com os ODS, além da Embaixada Norueguesa em Brasília e apoio via as OSCs.

Uma especificidade da cooperação norueguesa é a simbiose e respeito mútuo existentes entre a cooperação oficial e a não oficial e a busca por evitar duplicidades de trabalho e apoios. Um exemplo diz respeito ao apoio aos povos indígenas, que inclui as esferas governamental, não-governamental e inclusive a monarquia há mais de 30 anos. A Noruega conta com um Parlamento Indígena e a luta do povo Sami e tem, nas organizações indígenas apoiadas, uma agenda de interlocução importante. Atualmente, dada a política de destruição ambiental que afeta o povo brasileiro e, muito especialmente os povos indígenas, a solidariedade tem sido bastante valorizada pelas OSCs no Brasil. Outra característica singular é o forte diálogo entre a sociedade civil e o governo norueguês no tocante à cooperação. Fruto disso foi observado em relação às articulações para a criação do Fundo Amazônia, tanto na Noruega como no Brasil.

Embaixada Real da Noruega no Brasil

Atualmente a Embaixada apoia dezesseis organizações parceiras no Brasil, sendo oito indígenas, sete socioambientais não-indígenas e um fundo para concessão de apoios a organizações indígenas locais de médio porte. O Programa Norueguês de Apoio aos Povos Indígenas reconhece “a importância dos povos indígenas, seus territórios e costumes tradicionais para a preservação das florestas e para o equilíbrio climático”².

No Brasil desde 1983, no início como um projeto piloto, o Programa tem a perspectiva de que os povos indígenas possam contribuir para uma governança socioambiental de longo prazo, sendo a linha de apoio mais constante e antiga da Noruega à sociedade civil brasileira. Ao longo dos anos, a responsabilidade pela sua condução passou por vários órgãos como o Ministério das Relações Exteriores, NORAD, Centro de Pesquisa sobre a América Latina e, desde 2002, como fruto de uma política de descentralização de Oslo, está sediado na Embaixada e conta com dois oficiais de programa e consultores.

¹ OECD 2021

² Embaixada Real da Noruega no Brasil [2]

Os objetivos do Programa são:

1. Apoiar iniciativas relevantes voltadas para o desenvolvimento e gestão sustentável de terras indígenas;
2. Identificar e contribuir com iniciativas que promovem direitos das mulheres indígenas e igualdade de gênero – fundamentais para o desenvolvimento econômico, a distribuição justa, a paz e a democracia;
3. Contribuir para a promoção dos direitos dos povos indígenas, em conformidade com a Constituição Federal e os tratados internacionais ratificados pelo Brasil;
4. Contribuir para o fortalecimento de comunidades e organizações indígenas por meio de apoio a programas de capacitação institucional. Atividades também têm sido realizadas em parceria com o governo brasileiro, como por exemplo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Ministério das Relações Exteriores.

O seu orçamento tem sido ampliado ao longo dos anos. Em 2013 e 2014 era de 25 milhões de coroas norueguesas, hoje cerca de 100 milhões³, dada a avaliação positiva do bom trabalho realizado junto à sociedade civil brasileira na gestão territorial e direitos dos povos indígenas. Dentre os impactos positivos do Programa estão o apoio às organizações indígenas e indigenistas durante o processo da Assembleia Nacional Constituinte, o apoio institucional ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) com a consequente garantia da Área Indígena Raposa do Sol e as demarcações do território Yanomami⁴.

Embora o foco inicial do Programa fosse apenas a Amazônia, hoje há abertura para outros biomas, por exemplo o cerrado. Também o apoio aos direitos indígenas foi assumindo uma dinâmica nacional, ampliando a atuação do Programa para as regiões Nordeste e Centro-Sul, nas linhas de assegurar os direitos e capacitação para a gestão das organizações. A perspectiva é de que o Brasil continue sendo um país chave na agenda internacional da Noruega, pelos temas de meio ambiente e o papel dos povos indígenas na garantia dos territórios e preservação da floresta.

Norad e Fundo Amazônia

O foco do trabalho da Norad no Brasil é o manejo de recursos naturais, clima e meio ambiente. Os recursos são baseados em uma pauta de resultados e estão diretamente atrelados aos níveis de desmatamento no país (o aumento do desmatamento em 2015-2016 levou a uma diminuição dos recursos de Norad no país em 2017).

NORAD coordena a Iniciativa Internacional Norueguesa sobre Clima e Floresta (em inglês, *Norway's International Climate and Forest Initiative* - NICFI), que promove o apoio a organizações da sociedade civil para reduzir a emissão de gases estufa pelo desmatamento e degradação das florestas em países em desenvolvimento (REDD+). Em 2020, um edital selecionou 39 parceiros para o período 2021- 2025. Das organizações selecionadas, cinco são brasileiras (Comissão Pró-Índio do Acre, ISPN, IMAZON, Amigos da Terra, Fundação Brasileira)⁵.

Além do apoio direto a OSCs, NICFI também promove iniciativas como a coalizão para a redução das emissões pela aceleração das finanças para as florestas (em inglês, *Lowering Emissions by Accelerating Forest Finance* - LEAF) que agrega investimentos privados e governos locais para financiar medidas de proteção de florestas tropicais e subtropicais. Através de convocatórias públicas, a coalizão seleciona propostas de jurisdições que se comprometam com a diminuição do desmatamento e degradação das florestas.

³ Aproximadamente 59 milhões de reais, pelo câmbio de 22 de janeiro de 2022 (1 coroa = 0,59 reais)

⁴ Segundo depoimento do Oficial de Programa entrevistado.

⁵ NORAD

No contexto da Conferência do Clima COP-26, o LEAF anunciou a mobilização inicial de 1 bilhão de dólares para financiamento das iniciativas. Governos estaduais brasileiros da região amazônica tiveram suas propostas aprovadas em um primeiro processo de seleção técnica, e seguem em negociação para receber os apoios, são eles: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima e Tocantins⁶.

Uma parte importante do apoio oficial acontece via Fundo Amazônia, suspenso e com repasses congelados desde 2019. Criado em 2008 “para financiar projetos de governos, organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa de combate ao desmatamento, conservação ambiental e fomento a atividades econômicas sustentáveis”⁷, o Fundo recebeu 3,1 bilhões de reais da Noruega, 93,8% do total recebido⁸. A suspensão do Fundo ocasionou a paralisação de projetos que já estavam em andamento e a proibição de novas iniciativas, impactando as OSCs e consórcios no Brasil e colocando uma pausa forte na cooperação oficial. Essa foi considerada uma medida “adequada e consistente”⁹ com os princípios de garantir a participação da sociedade civil (OSCs e povos indígenas) no Comitê Orientador do Fundo. O reativamento do Fundo foi condicionado pelo governo norueguês à diminuição do desmatamento e a um acordo sobre a estrutura de governança ambiental, ações que só devem ocorrer caso haja mudança de governo no Brasil após as eleições de 2022.

Nessa conjuntura, tem se intensificado o apoio a ativistas ambientais e povos indígenas, dado o imenso impacto da destruição das agências estatais como Ibama, Funai, ICMBio e das políticas ambientais, com um aumento de repasses para a sociedade civil. Segundo análise de uma pessoa entrevistada, o fato de que a cooperação norueguesa já vinha atuando mais focada no apoio à sociedade civil fez com que o país fosse menos afetado pela conjuntura política brasileira, quando comparado com a cooperação de outros países. Uma parte dos recursos também foi canalizado para fortalecer o trabalho da organização não-governamental Rainforest Foundation Norway sobre economia da floresta e incidência internacional.

No entanto, o desmonte das políticas públicas e dos órgãos governamentais na esfera federal ainda coloca desafios para a cooperação oficial bilateral, à medida que cessa a contribuição às políticas públicas (como em governos passados) e ao trabalho da FUNAI, por exemplo. A canalização de recursos via governos estaduais pode ser considerada uma tendência e resposta da cooperação à falta de vontade política do governo federal brasileiro na pauta ambiental.

Rainforest Foundation Norway

A Rainforest Foundation Norway é uma organização não-governamental que atua pela preservação das florestas tropicais a partir da perspectiva dos direitos de seus povos. Seu trabalho é financiado através de doações individuais, empresariais, de fundações e do governo norueguês. A organização mantém acordos de parceria com NORAD, NICFI, Ministério de Relações Exteriores e Embaixada Real da Noruega. Um dos focos de seu trabalho é a Amazônia, com especial atenção a Brasil, Colômbia e Peru.

No Brasil, o trabalho de Rainforest foca nas bacias do Rio Xingu e Rio Negro, e em áreas do Nordeste da Amazônia. Atuam pela proteção e demarcação de territórios indígenas e provêm assistência para o manejo sustentável dos territórios, melhoria das condições de vida e reconhecimento e efetivação dos direitos dos povos da floresta. Nesse sentido, promove também um trabalho com organizações locais para incidir sobre as estruturas políticas e legais existentes e ampliar seus processos participativos. O portfólio de parceiros de Rainforest inclui desde organizações nacionais, como o Instituto Socioambiental, até pequenas organizações indígenas de base.

⁶ The Leaf Coalition

⁷ Instituto Socioambiental (2019)

⁸ Richter (2020)

⁹ Definição de entrevistada/o.

Além disso, buscando reduzir o desmatamento também atua com atores comerciais selecionados para transformar suas políticas e práticas relacionadas à exploração da Amazônia e suas *commodities*. Monitora os impactos do setor privado norueguês e promove incidência para ampliar a responsabilidade ambiental e social nos investimentos feitos na região.

A Cooperação ecumênica: Ajuda da Igreja da Noruega

Após 25 anos de atuação no Brasil, em 2015 a Ajuda da Igreja da Noruega (AIN) decidiu interromper suas atividades no país. A decisão fez parte de um movimento de concentração do apoio global da agência e sua retirada de 8 países para priorizar a ajuda humanitária, especialmente água e saneamento. Em sua longa trajetória no Brasil a AIN trabalhou com entidades e movimentos no apoio a projetos locais, em redes, e com incidência política, com destaque para o trabalho de apoio à juventude desde 1990. AIN deixou um grande legado no Brasil, registrado aqui no depoimento de duas organizações parceiras:

“A Ajuda da Igreja da Noruega é um dos parceiros mais importantes de Diaconia. Faz parte da história da organização e foi fundamental para a consolidação das ações de Diaconia ao longo dos seus 50 anos. O apoio passou por diferentes áreas, desde a proteção de Crianças e adolescentes aos direitos das juventudes, tanto nas regiões metropolitanas de Recife e Fortaleza quanto no semiárido do Nordeste, apoiando a experimentação e pesquisa de tecnologias sociais de convivência com o semiárido, especialmente sobre energias renováveis. Com a AIN, Diaconia ampliou as relações, influenciando e contribuindo com tecnologias de acesso à água e produção de alimentos em Angola, na África. Todos esses aspectos do trabalho com AIN estão relacionados aos processos de Justiça Social e Justiça de Gênero, ambos em diálogo com igrejas para promoção do ecumenismo e enfrentamento aos fundamentalismos. Mesmo sem repasses de recursos sistemáticos para Diaconia, continuamos em parceria com AIN, entendendo as relações institucionais e a cooperação internacional em diferentes âmbitos e com diferentes valores. Para nós, o reconhecimento da nossa ação e o fortalecimento de vínculos estimula a continuidade da luta por direitos e o combate à desigualdade no Brasil. É importante destacar o lugar que AIN ocupa para uma cooperação internacional baseada em valores que respeitam à diversidade, que buscam e promovem diálogo e fortalece a incidência política coletiva para a garantia de direitos”.

Waneska Bonfim - Coordenação Diaconia

“Entre 1995 e 2015, a Ação Educativa contou com a parceria da AIN na constituição e consolidação de seu trabalho voltado aos direitos da juventude. A parceria de longo prazo foi pautada por relações de transparência, confiança, respeito e diálogo, e permitiu o desenvolvimento de saberes e experiências que muito contribuíram em processos de formação e organização de juventude e de criação e aprimoramento de políticas públicas de juventude. Uma de suas grandes riquezas foi a promoção de intercâmbios entre jovens brasileiros e noruegueses, que permitiram a experimentação e o refinamento da compreensão sobre o sentido da solidariedade. Infelizmente, a AIN decidiu não mais atuar no Brasil e essa parceria se encerrou. E, na Noruega, a equipe que era responsável pelo trabalho com o Brasil levou seus conhecimentos e acúmulos para a Rainforest”.

Maria Virgínia de Freitas - Coordenadora Geral Ação Educativa

⁷ Agência Brasil: [Noruega e Alemanha doaram 3,4 bilhões para o Fundo Amazônia](#), 2020
⁸ Oliver Stuenkel (Fundação Getúlio Vargas), em entrevista à BBC Brasil, novembro 2021. BBC: [“Porque novo governo alemão pode ser má notícia para Bolsonaro”](#), 2021

2. Tendências da cooperação internacional para o desenvolvimento e contexto pós pandemia de Covid-19

As mudanças causadas pela pandemia de Covid-19 em âmbito global afetaram as dinâmicas das OSCs brasileiras e geraram aprendizados em relação às formas e conteúdos do trabalho. Nas entrevistas realizadas, destacam-se as reflexões em relação ao mundo digital, a maior atenção às políticas de cuidado e autocuidado internas às organizações e nos projetos, a necessidade de construções mais coletivas (visando também enfrentar as sobrecargas de trabalho) e de flexibilidade nos planos e orçamentos. Nesse contexto, também emergiu um novo olhar sobre o tema da ajuda humanitária e de emergências.

Ao analisar essas mudanças, é importante reconhecer que o país já vinha enfrentando um contexto que exigia novas posturas das OSCs, com a redução dos espaços da sociedade civil somada à volta da fome e do desmonte das políticas sociais. Esse momento histórico traz novos desafios que, em conjunto com as implicações da pandemia, vão desenhando novas tendências nas relações de cooperação.

Nesse sentido, as parcerias tornam-se ainda mais importantes, e seu caráter político, não apenas financeiro, cumpre um papel que ganha relevância desde a posse do atual governo. Algumas práticas destacadas pelas organizações norueguesas entrevistadas foram: a abertura para adequar os projetos à nova e grave realidade política e sanitária, que tem impossibilitado as atividades presenciais e barrado o avanço nas titulações de áreas quilombolas e as demarcações de terras indígenas; o estímulo e a autorização dos recursos para infraestrutura de comunicação como compra de computadores, internet e wifi; ênfase na segurança alimentar; apoio à manutenção das barreiras sanitárias organizadas pelas próprias comunidades indígenas. Foram também criadas linhas orçamentárias específicas para o combate à pandemia, pela compreensão de que esta permanecerá na agenda ainda por um tempo.

Neste ponto, uma avaliação positiva é a de como a ajuda humanitária, traduzida em cestas básicas, foi importante para fortalecer a economia da floresta, ao conter também produtos das comunidades indígenas e ribeirinhas (projeto economia da floresta com o Instituto Socioambiental - ISA). Também foi citado o apoio à vacinação dos povos indígenas no Xingu, estendendo para outras áreas de saúde e telemedicina, após a instalação de internet nas aldeias.

As OSCs com presença junto às comunidades quilombolas e povos indígenas em áreas remotas e de difícil acesso reforçaram a constatação da ausência total de uma política de inclusão digital no Brasil. Para tanto, tem sido importante contar com apoio financeiro para a instalação de internet nas comunidades remotas, o que tem propiciado a adoção de uma agenda virtual que “corta a sensação de isolamento das comunidades, que passam a se sentir acolhidas e, ainda que não de forma física, podem se comunicar com comunidades vizinhas e, inclusive, com órgãos governamentais”¹⁰.

O aumento do financiamento direcionado aos povos da floresta nesse período também se tornou um desafio na agenda comum, uma vez que as organizações locais precisam manejar mais recursos e demandas de maneira compatível e sustentável com sua estrutura de gestão.

Para além das implicações do contexto pandêmico e da política brasileira, uma das tendências da cooperação norueguesa no Brasil é a incidência sobre investimentos privados, exemplificada no apoio do governo norueguês à iniciativa da Aliança da Floresta Tropical (Tropical Forest Alliance), uma plataforma multissetorial focada na implementação de compromissos do setor privado com cadeias de valor de soja, papel, carne e óleo de palma livres de desmatamento.

¹⁰ Citação de entrevistada/o

No Brasil, a plataforma coordena uma iniciativa para promover diálogos entre diferentes setores sobre políticas públicas contra o desmatamento e violação de direitos humanos, pela transparência e cumprimento de medidas de proteção contra incêndios. A iniciativa, intitulada diálogo político dos investidores sobre desmatamento (em inglês, Investors Policy Dialogue on Deforestation - IPDD), também é alvo de incidência da Rainforest Foundation, que atua pelo cumprimento dos objetivos identificados.

No entanto, é interessante observar o papel ambíguo do governo norueguês e de seus interesses econômicos no Brasil. Setores da sociedade civil norueguesa denunciam que, apesar dos grandes esforços e recursos destinados à preservação das florestas e contenção do desmatamento, o governo norueguês investe pesado em ações de empresas mineradoras responsáveis por grandes danos ambientais e sociais na região amazônica - como é o caso da Hydro, envolvida em um escândalo ambiental de vazamento de rejeitos tóxicos no Pará em 2018. Segundo o pesquisador Torkjell Leira, entre 2009 e 2019 o governo norueguês investiu 4,8 bilhões de reais em medidas de proteção às florestas e direitos indígenas, enquanto 24 bilhões de reais foram investidos em atividades que podem ter impactos negativos nas mesmas áreas¹¹.

3. Incidência para o fortalecimento dos programas de cooperação internacional via OSCs

Para o fortalecimento dos programas de cooperação norueguesa via organizações da sociedade civil, é importante considerar os seguintes pontos para incidência:

Com relação ao contexto brasileiro:

- **Readequar** o tema dos recursos financeiros como parte de uma estratégia de solidariedade política ao Brasil neste momento de grandes retrocessos. Para isso seria importante e necessária uma mobilização ampla da solidariedade internacional, mesmo frente à diminuição da participação das OSCs brasileiras nos espaços e articulações internacionais (quando comparada com as agendas de delegações da sociedade civil em governos anteriores).

- **Visibilizar** as experiências de ações e processos conjuntos e consistentes, como coalizões, plataformas e redes. Em um momento de retrocesso e redução de espaços da sociedade civil, bem como de diminuição de recursos, atores de distintos campos sociais adquirem renovada importância.

- **Atualizar** o debate sobre a compreensão e a prática das ajudas emergenciais (ou humanitárias) no contexto da pandemia e pós pandemia e com as especificidades do contexto brasileiro. A partir do exemplo de projetos que fomentam a economia local ao distribuir cestas básicas, buscar formas de vincular ações humanitárias a projetos políticos de longo prazo.

- **Pesquisar e acompanhar** as tendências de canalização de fundos via governos estaduais no Brasil. Cobrar mais transparência e diálogo com a sociedade civil nas negociações dos acordos bilaterais.

- **Incidir** de maneira inovadora e incisiva, no debate sobre os fundamentos “técnicos” para a conservação e a preservação do meio ambiente, que acontece muitas vezes em detrimento da participação de comunidades locais. A sociedade civil dos dois países deve denunciar, pedagogicamente, as dinâmicas de poder e violência do Brasil e os impactos negativos de políticas de cooperação na área ambiental.

¹¹ Kugler (2020)

- **Fortalecer** o diálogo sobre a heterogeneidade dos povos da floresta junto aos parceiros internacionais, para que o apoio não se restrinja a etnias específicas. Da mesma forma, incidir para divulgar a complexidade da questão indígena no Brasil para além da Amazônia e fortalecer o apoio a povos de outras regiões do país

Com relação ao contexto norueguês:

- **Acompanhar** novas tendências possíveis nas agências de cooperação, que estão reavaliando sua rigidez em termos de responsabilidades (ou accountability) na gestão baseada em resultados (RBM na sigla em inglês), quadros lógicos e linhas de base após o caos causado pela pandemia no âmbito global. Essa ideia parte da perspectiva de que as estruturas de monitoramento de desvios, tanto nas organizações do Norte como do Sul, aumentam muito os custos operacionais (ou overheads) e consomem energia que poderia ser usada para tratar de aspectos estratégicos.

- **Aprofundar** a compreensão do papel das agências não governamentais na incidência com o setor privado norueguês, sendo menos “repassadoras de recursos, intermediárias e doadoras, e mais parceiras”. O caso da pressão/diálogo direto da Rainforest na empresa mineradora Hydro, que atua na região de Oriximiná, no Estado do Pará, é um bom exemplo. Outro exemplo é a pressão exercida sobre os investidores dos fundos de pensão privados noruegueses para que manifestem sua preocupação sobre o desmantelamento da governança ambiental no Brasil.

- **Monitorar**, de maneira permanente, as políticas comerciais internacionais da Noruega, que influenciam ou podem vir a influenciar as políticas de cooperação, tanto governamentais quanto não-governamentais. Nesse sentido, atuar de maneira conjunta com organizações como a Rainforest pode fortalecer parcerias políticas com considerável força internacional.

- **Buscar** novas parcerias na Noruega para proposições conjuntas, atualizando traduções culturais nas novas relações. Considerando as mudanças nas dinâmicas da cooperação, buscar mais complementaridade entre os espaços nacional e internacional.

4. Conclusão: Aprendizados e desafios para o fortalecimento da cooperação com as OSC e a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)

Ao longo dos últimos anos, as OSCs brasileiras manifestaram em diversas ocasiões sua solidariedade com as lutas de outros países, principalmente do Sul, também como reflexo da política externa dos governos progressistas. Neste momento, dada a conjuntura brasileira, faz-se urgente uma coordenação ativa das OSCs de diferentes setores (movimentos indígenas, movimentos sociais urbanos e rurais, sindicatos e centrais, partidos, igrejas e organizações ecumênicas) para repensar a mobilização política internacional, amplificando as denúncias dos retrocessos (e atropelos) e gerando solidariedade política mais robusta.

Esse movimento, para ser efetivo, precisa equacionar a aparente contradição entre necessitar de solidariedade política e financeira e não se colocar como “recipiente passivo, de vítima”¹², nem aceitar esse papel. Isso significa que as organizações precisam recolocar o tema da solidariedade no centro da cooperação e debruçar-se sobre uma leitura precisa do contexto brasileiro e global. Assim, a proposição de temas e debates pode dialogar com questões emergentes em diferentes países parceiros e levar em consideração suas nuances para fortalecer a cooperação internacional.

¹² Valentin (2021)

No caso da Noruega, a centralidade do tema ambiental e indígena na agenda das agências, por um lado, e o papel importante das OSCs na implementação da cooperação, por outro, sinalizam às organizações brasileiras que existe espaço para um diálogo de mão dupla cada vez mais consistente. É preciso aprofundar as trocas com organizações como a Rainforest Foundation Norway e explorar as possibilidades de relacionar a agenda ambiental com a agenda de direitos humanos no Brasil de maneira integral. Vista a partir do Sul, a relação entre impactos climáticos e desigualdades tem muito a oferecer às análises dos atores internacionais sobre como enfrentar os grandes desafios globais e avançar rumo à implementação dos ODSs.

Em um momento de aumento das fragilidades ocasionadas pelas políticas governamentais e pelo avanço dos fundamentalismos, as OSC brasileiras precisam desenvolver, em seus planejamentos, indicadores que meçam o fortalecimento dos atores e suas articulações, e não apenas em relação aos objetivos e metas específicas dos projetos. A partir dessa compreensão, podem intensificar e amadurecer diálogos com uma gama maior de parceiros.

Referências bibliográficas

Embaixada Real da Noruega no Brasil. Política de desenvolvimento e esforços humanitários. Disponível em: <https://www.norway.no/pt/brasil/valores-prioridades/politica-desenvolvimento-hum/> Acesso em 28.12.2021.

Embaixada Real da Noruega no Brasil [2]. Clima e meio ambiente. Disponível em: <https://www.norway.no/pt/brasil/valores-prioridades/clima-meio-ambiente/> Acesso em 28.12.2021.

Instituto Socioambiental (2018). Dinheiro paralisado por governo Bolsonaro no Fundo Amazônia chega a quase 3 bilhões. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/dinheiro-paralisado-por-governo-bolsonaro-no-fundo-amazonia-chega-a-quase-r-3-bilhoes> Acesso em 28.12.2021.

Investors Policy Dialogue on Deforestation (IPDD) Initiative. Disponível em: <https://www.tropicalforestalliance.org/en/collective-action-agenda/finance/investors-policy-dialogue-on-deforestation-ipdd-initiative/> Acesso em 15.01.2022.

Kugler, Henrique (2020). Oeco: Da responsabilidade à omissão: o papel controverso da Noruega na Amazônia brasileira. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/geografo-noruegues-explica-papel-controverso-da-noruega-na-amazonia/> Acesso em 15.01.2022.

Moreira, Marta. AIN se despede do Brasil. Disponível em: <https://ibase.br/2015/03/10/ain-adeus-brasil/noticias/> Acesso em 28.12.2021.

Norad. Promoting local change by supporting local partners. Disponível em: <https://www.norad.no/en/front/about-norad/news/2021/nicfi---2021-2025-portfolio/> Acesso em 28.12.2021.

OECD (2021), “Norway”, in Development Co-operation Profiles, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/aaf0304f-en>.

Richter, André (2020). Agência Brasil: Noruega e Alemanha doaram R\$ 3.4 bilhões para o Fundo Amazônia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-10/noruega-e-alemanha-doaram-r-34-bilhoes-para-o-fundo-amazonia> Acesso em 15.01.2022.

The LEAF Coalition. Disponível em: <https://leafcoalition.org/> Acesso em 15.01.2022.

Tropical Forest Alliance. Disponível em: www.tropicalforestalliance.org Acesso em 15.01.2022.

Valentin, Paul (2021). Virtual Walk Talk Listen with Paul Valentin (episode 66). Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0026uCB2w20fOHAVxJ3oOZ> Acesso em 28.12.2021.

Entrevistas e testemunhos

Arne Dale | Senior advisor, Brazil Programme - Rainforest Foundation Norway

Fernando Mathias Baptista | Senior advisor, Brazil Programme - Rainforest Foundation Norway

José Antonio Moroni | Colegiado de Gestão do INESC

Kristian Bengtson | Oficial de Programas - Programa Povos Indígenas, Embaixada Real da Noruega no Brasil

Lucia M. M. Andrade | Coordenadora Executiva Comissão Pró-Índio de São Paulo

Luciano Nunes Padrão | Vetor Consultoria Waneska Bonfim- Coordenação Diaconia

Maria Virgínia de Freitas | Coordenadora Geral Ação Educativa

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil – Reino Unido



EXPEDIENTE

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organização da Sociedade Civil - Reino Unido é uma publicação do PAD - Processo de Articulação e Diálogo

Autoras: **Mara Manzoni** e **Sheila Tanaka**

Março - Abril 2022

Secretária Executiva: **Júlia Esther Castro França**

Coordenação Executiva:

Mércia Alves - SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia

Renê Ivo Gonçalves - Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

Rogério Hohn - Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Sônia G. Mota - Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE

Vicente Puhl - Heks-Eper

Comunicação: **Kátia Visentainer**

Diagramação e Arte: **Mayra Souza**

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil – Reino Unido

Mara Manzoni Luz e Sheila Tanaka

Março - Abril 2022

Apresentação

A histórica relação entre Brasil e Reino Unido remonta há décadas, e influenciou políticas em diversos temas nos dois territórios. Durante os governos progressistas no Brasil, a diplomacia britânica realizou diversas triangulações das experiências de políticas públicas inclusivas brasileiras para países prioritários da sua atenção na África, coincidindo com as políticas para o Sul global desses governos. No atual contexto de redução dos espaços para a sociedade civil no Brasil, faz-se necessário atualizar as análises sobre as relações de cooperação e sobre o papel que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) podem cumprir para aprofundar as relações de solidariedade pela democracia, justiça e pelos direitos humanos.

Para tanto, em 2020, o Processo de Articulação e Diálogo (PAD) e a Associação Brasileira de ONGS (ABONG) realizaram o estudo [“A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento \(CID\) pós 2015: agendas para as Organizações da Sociedade Civil brasileiras”](#) (Maria Elisa Huber Pessina e Elsa Sousa Kraychete). O presente documento tem os objetivos de atualizar este estudo, bem como aprofundar elementos referentes à cooperação norueguesa no Brasil e oferecer argumentos para subsidiar ações de incidência por parte das OSCs brasileiras sobre políticas de cooperação. Dessa maneira, contribuirá com subsídios para futuras oficinas de formação em cooperação internacional, visando ampliar a participação de organizações brasileiras no debate.

Este documento foi elaborado tomando como ponto de partida o estudo de PAD e ABONG. Por essa razão, o texto evita repetir informações já mencionadas no estudo anterior e busca aprofundar em outros aspectos. Foram analisados documentos oficiais do governo britânico, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e das agências de cooperação com atuação relevante no Brasil, em uma identificação não-exaustiva de atores e realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes de OSCs brasileiras. O documento está organizado em quatro seções, além desta apresentação:

1. Programas e principais focos da cooperação não governamental, oficial e as prioridades de ação;
2. Reflexões sobre as mudanças na conjuntura pós-Covid-19;
3. Argumentos e questões identificadas para o aprofundamento da incidência das OSCs;
4. Conclusão: sistematização dos aprendizados e reflexões para o próximo período.

1. Programas e principais focos

Dentre os países que compõem o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC) da OCDE, o Reino Unido é o terceiro doador em números absolutos. A estrutura da cooperação internacional britânica passou por uma reestruturação em 2020. O Departamento para o Desenvolvimento Internacional (Department for International Development - DfID) se juntou ao Escritório de Relações Exteriores e Comunidade das Nações (em inglês, Commonwealth of Nations, ou simplesmente Commonwealth), dando origem ao Escritório de Relações Exteriores, Commonwealth e Desenvolvimento ([Foreign, Commonwealth and Development Office - FCDO](#)). O FCDO centraliza informações de projetos internacionais de todos os setores do governo britânico, e seu funcionamento é apoiado por 12 agências e órgãos públicos. Em seu Plano de Resultados 2021-2022, o FCDO coloca entre suas prioridades “apoiar desenvolvimento sustentável e necessidades humanitárias; promover direitos humanos e democracia; estabelecer padrões internacionais comuns”, além de atuar pelo aumento da influência do Reino Unido na ordem global.

Em uma polêmica decisão em junho de 2021, o país anunciou cortes no orçamento destinado ao desenvolvimento, diminuindo a porcentagem do PIB para a cooperação de 0.7 para 0.5%. Inúmeros estudos têm demonstrado os possíveis impactos dos cortes nos temas e países onde a cooperação britânica e ONGs internacionais atuam. Os cortes afetam os repasses a programas oficiais, ONGs e organismos multilaterais.

A agência oficial do governo britânico para apoio às Organizações da Sociedade Civil em outros países é a Ajuda Britânica ([UK Aid](#)). Os países apoiados pela Ajuda Britânica são aqueles com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo e considerados de “alta e moderada fragilidade”, localizados na África e na Ásia. Nenhum país latino-americano é destinatário do apoio da Ajuda Britânica.

Atualmente o governo britânico mantém 86 projetos ativos no Brasil em diferentes setores, com um orçamento de 7,8 milhões de libras (cerca de 48 milhões de reais) para 2021-2022. Dentre os projetos com maior orçamento, destacam-se iniciativas para promover pesquisas e produção de conhecimento de forma inovadora e transversal, como é o caso do Fundo Newton e do Conselho Britânico. Também estão presentes iniciativas para frear as mudanças climáticas e promover a transição energética. Um exemplo é o Fundo para Neutralização da Degradação da Terra¹ (Land Degradation Neutrality Fund), uma parceria público-privada liderada pelo Departamento do Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais (Department for Environment, Food and Rural Affairs), que canaliza investimentos privados e públicos para promoção da agricultura sustentável, reflorestamento e outros usos alternativos da terra.

Em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e liderado pelo mesmo departamento, o projeto “Agricultura de baixo carbono para evitar o desmatamento e reduzir a pobreza” atua nos biomas Cerrado e Caatinga para restaurar terras degradadas em propriedades de pequeno e médio porte e facilitar o acesso de pequenos agricultores ao crédito rural. Atualmente o projeto está em sua segunda fase (2017- 2024). A lista completa dos projetos ativos pode ser consultada na página do FCDO.

A ajuda oficial do governo também é canalizada via ONGs e órgãos independentes. O [Conselho Britânico](#)² é um órgão público de estrutura independente que promove o intercâmbio cultural entre os povos do Reino Unido e de outros países, além de promover a cooperação nas áreas de educação, artes, cultura e idioma.

¹ Mais detalhes em <https://www.idhsustainabletrade.com/news/land-degradation-neutrality-ldn-fund-makes-first-investment-towards-sustainable-land-manage> (em inglês).

² Uma lista dos projetos apoiados no Brasil pode ser encontrada em [Newton Fund | Histórias de sucesso | British Council](#) (em português).

Dentre as iniciativas lideradas pelo Conselho Britânico está a implementação do Fundo Newton, que “visa promover o desenvolvimento social e econômico dos países parceiros, por meio de pesquisa, ciência e tecnologia”. O Fundo possibilita o apoio a populações de baixa renda e organizações da sociedade civil para a promoção de pesquisas e colaboração com atores britânicos, através de parcerias de financiamento com institutos de pesquisa como o CNPq, CAPES e Fiocruz, entre outros, além de parcerias de menor escala com órgãos públicos, como o Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Economia, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Além dos órgãos oficiais, a cooperação britânica também é composta pelo chamado “setor de desenvolvimento”, composto por ONGs internacionais com trabalho em países do Sul global. Esse setor é financiado por meio de doações do governo, doações de instituições filantrópicas, pessoas físicas e igrejas. Alguns exemplos de agências internacionais presentes no Brasil são:

Organização	Princípios	Prioridades temáticas no Brasil	Presença no Brasil e Método de cooperação
CAFOD (Agência Católica de Desenvolvimento Internacional)	Agência oficial da Igreja Católica Romana da Inglaterra e País de Gales, com presença em 36 países. Trabalha junto às populações mais pobres, através da presença da Igreja e parcerias com atores locais. Forte trabalho junto às bases e escolas católicas sobre temáticas do Sul, especialmente fome e infância.	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a famílias sem teto nas periferias de São Paulo; • Incidência por políticas públicas para a população mais pobre; • Promoção de direitos indígenas e acesso à saúde e educação nas comunidades; • Foco na prevenção do Coronavírus e na mitigação dos impactos da pandemia nessas populações, através da distribuição de itens básicos de higiene e segurança, alimentos e disseminação de informação. 	Coopera via OSCs brasileiras e não possui escritório no Brasil
Action Aid	Agência filantrópica com foco no combate à pobreza e à violência que afetam mulheres e meninas. Atua em 35 países, através de ajuda humanitária, promoção de direitos humanos e incidência política.	<ul style="list-style-type: none"> • Educação infantil nas periferias para promoção de atividades extra curriculares e combate à evasão escolar; • Combate à exploração sexual de meninas em Pernambuco, através de processos educativos e terapêuticos; • Resiliência de comunidades frente a enchentes, através do incentivo à produção agrícola sustentável e proteção do meio ambiente. 	<p>Presente no Brasil desde 1999, possui escritório no Rio de Janeiro e trabalha em parceria com organizações locais e projetos próprios.</p> <p>Financiamento através de captação de recursos locais, doações de indivíduos, empresas e organismos de cooperação internacionais e nacionais.</p>
Tearfund	Organização cristã que atua no combate à pobreza em mais de 50 países. Foco no desenvolvimento comunitário e sustentável, na ajuda humanitária em situações de conflito e desastres e na incidência política para defesa e promoção de direitos.	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a migrantes e refugiados; Combate e prevenção à violência de gênero e racismo estrutural; • Defesa dos direitos dos povos indígenas; • Fortalecimento da juventude das igrejas para defesa do meio ambiente e cuidado com a Criação. 	Há 30 anos no Brasil, com escritório central em Belo Horizonte e foco nas regiões Norte e Nordeste. Parceria com organizações, igrejas e comunidades locais. Recebe apoio institucional de governos em diversos países, através das sedes no Reino Unido e no Canadá, além de captar recursos através de doações individuais no Reino Unido e nos países onde está presente.

Por meio das suas relações denominacionais, algumas igrejas e fundos britânicos apoiam projetos sociais no Brasil. Um é o [Fundo da Comunhão Anglicana](#) (The Anglican Communion Fund, ACF em inglês) que apoia o ministério internacional do Arcebispo da Cantuária, por meio do apoio à igrejas e províncias da Comunhão Anglicana (no Brasil, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, [IEAB](#)) e representantes anglicanas e anglicanos exercendo tarefas globais de incidência política. A [Igreja Metodista](#) (The Methodist Church), além do seu trabalho local no Reino Unido, apoia o fortalecimento de parcerias globais, as crises das pessoas refugiadas e o trabalho de emergências e desenvolvimento internacional através da agência “Tudo que podemos” ([All We Can](#) em inglês). Também apoia as comunidades mais pobres do mundo, para que encontrem soluções efetivas para a pobreza e a injustiça. No passado, já apoiou iniciativas da [Igreja Metodista do Brasil](#) em relação aos direitos da infância e ajuda às comunidades afetadas por enchentes. A Igreja da Escócia ([The Church of Scotland](#)), Presbiteriana Calvinista e uma das maiores denominações escocesas, apoia trabalhos das comunidades no âmbito global. No Estado do Espírito Santo, contribui para o projeto “Ouçam a nossa voz: empoderando mulheres jovens para o ministério e o serviço” da [UNIDA](#), para o fortalecimento das liderança de mulheres jovens, principalmente negras, nas igrejas, nas organizações baseadas na fé e, mais amplamente, nas OSCs, através da educação prática.

A OXFAM, uma organização originalmente britânica de tradição no Brasil, descentralizou seu trabalho e atua no país através de sua entidade local, fundada em 2014. Dessa forma, [OXFAM Brasil](#) é uma organização brasileira que integra a rede global da OXFAM, mas possui estrutura independente do Reino Unido. A [Survival Internacional](#) foi fundada em 1969 por um grupo de pessoas sensibilizadas pelo genocídio dos povos indígenas na Amazonia, divulgadas pelo jornal Sunday Times. Desde então, tem apoiado campanhas pelos direitos indígenas em mais de cem países, principalmente o Brasil. Além do escritório em Londres, possui escritórios locais em Madri, Milão, Paris e São Francisco, Estados Unidos.

A Cooperação ecumênica: Christian Aid

Após décadas de forte atuação no Brasil, em 2019 a Christian Aid decidiu interromper suas atividades no país como parte de uma redução da sua presença e apoio à América Latina e Caribe. De uma divisão com cerca de 60 pessoas em cinco escritórios locais e uma forte visão regional latino-americana e caribenha, está presente hoje somente através de projetos de cofinanciamento na Nicarágua, Haiti, República Dominicana, Honduras e Colômbia.

“A Christian Aid ao longo dos anos que esteve presente em território brasileiro foi uma das poucas organizações que apoiou substancialmente o movimento ecumênico. Destaco que esta contribuição não ocorreu apenas com o aporte de recursos financeiros. A cooperação se deu também pela viabilização de espaços de reflexão, diálogo e presença de igrejas e outras organizações baseadas na fé no espaço público.

A Christian Aid teve uma contribuição relevante em desafiar organizações baseadas na fé para a produção e elaboração teológica que refletisse e atualizasse a relação entre fé e direitos humanos. Esse aporte foi fundamental, principalmente, na primeira metade do século XXI, em um contexto de avanço dos fundamentalismos. Tais contribuições nos fortaleceram como sujeitos políticos-religiosos”

- Pastora Romi Márcia Bencke- Secretária Geral - CONIC.

“A exitosa parceria do Movimento dos Atingidos pelas barragens (MAB) com a Christian Aid fortaleceu a organização das populações atingidas. O MAB vivenciou e desenvolveu uma importante parceria de trabalho com a Christian Aid, a partir da última década dos anos 2000, encerrada no momento em que o escritório do Brasil foi fechado no ano de 2019. Esta parceria foi além de um apoio financeiro. Sempre tratamos conjuntamente e com muita transparência ações que vieram a fortalecer a organização e resistência das populações atingidas de várias regiões do Brasil, em especial priorizando o trabalho com as mulheres atingidas da Amazônia, buscando dar voz e protagonismo para as denúncias sobre as violações dos direitos humanos e ambientais. Esta parceria fortaleceu a estruturação das condições políticas e objetivas para a sequência do trabalho da organização. Para o MAB, a saída da Christian Aid do Brasil foi uma perda, pois se deu num momento complexo da realidade que o país atravessa devido ao governo Bolsonaro e a crise da Covid 19”.

- MAB

2. Tendências da cooperação internacional para o desenvolvimento e contexto pós pandemia de Covid-19

Cortes, Brexit e pandemia

Pela forte tradição de apoio ao Sul e face aos drásticos cortes na cooperação britânica, organizações e personalidades locais se mobilizaram e criaram a “Aliança da Ajuda” ([The Aid Alliance](#) em inglês) para defender o compromisso de 2015, de gastar 0,7% do seu orçamento para o desenvolvimento internacional. Também realizam campanhas de conscientização para mudar as percepções do público sobre a importância da ajuda internacional, mobilizam personalidades como o Arcebispo da Cantuária e denunciam como os parlamentares atuam e votam em relação ao tema.

Segundo detalhado estudo do [Instituto de Desenvolvimento Global da Universidade de Manchester](#) de julho de 2021, “Os últimos 18 meses foram alguns dos mais desafiadores de todos os tempos para o setor de assistência do Reino Unido, especialmente aqueles que trabalham no desenvolvimento internacional. À medida que a poeira dos escândalos catastróficos de salvaguarda de 2018 começou a se estabelecer, a pandemia de Covid-19 atingiu globalmente. À medida que a demanda por serviços de assistência aumentava, seu trabalho e renda foram atingidos pelos confinamentos e pelo declínio econômico sem precedentes que acompanhou a pandemia. Os impactos dos últimos três anos deixarão efeitos duradouros no setor de ONG de desenvolvimento internacional no Reino Unido e é importante que tentemos entender o que são e por que eles ocorreram. Isso nos ajudará a entender como o setor como um todo pode se tornar mais resiliente no futuro”.

Ainda não está totalmente visível o impacto do Brexit na cooperação britânica. Em 18 de fevereiro de 2021, em uma reunião virtual com deputados e deputadas no parlamento, a diretora do CAFOD, Christine Allen, discutiu o impacto dos cortes no orçamento de ajuda, as oportunidades para o Reino Unido, o “caos pós-Brexit-COVID”, e a necessidade desesperada de cancelamento da dívida. “Embora reconheçamos os desafios econômicos que enfrentamos em casa, nós nos opomos aos cortes propostos pelo governo e queremos que a qualidade dos gastos com ajuda seja melhorada. Isso não é para nós – temos muito pouca renda do governo – mas para aqueles ao redor do mundo.”

Respostas ao Brasil

Para as OSCs entrevistadas, a cooperação britânica foi aberta para entender a situação da pandemia de Covid no Brasil e atuou com grande flexibilidade para a utilização dos recursos, apoiando e incentivando a adoção de medidas de segurança sanitária para as lideranças. No caso da Cafod, ainda foram destacadas as ações de incidência política que se realizaram sobre a conjuntura brasileira em Londres, por exemplo no caso de Brumadinho, e o acompanhamento de editais das embaixadas de outros países no Brasil, entre elas, os Países Baixos, para a elaboração de projetos.

A abertura para repensar os projetos veio com a compreensão que a conjuntura exigia mudanças, entre elas a decisão de investir na internet, “revolucionando o trabalho”, pois ampliou a frequência dos contatos, facilitou o fluxo de informação, por exemplo entre lideranças de diferentes áreas que estão se reunindo em uma frequência que antes não havia. Frente ao desmonte das políticas ambientais e aumento das violências, a internet tem propiciado importantes reuniões oficiais com órgãos de governo como o INCRA, IBAMA, ELECNOR, com atas reconhecidas legalmente e que passam a fazer parte do sistema oficial do IBAMA, por exemplo.

Apesar da perda da dimensão presencial, que continua importante, o virtual tem propiciado que mais lideranças populares tenham oportunidade de ouvir e falar. “À medida que a pandemia vai melhorando, teremos um modelo híbrido, mas o virtual se mostrou muito importante e, mesmo sendo caro, é mais barato que os encontros presenciais, em regiões vastas como a Amazonia, por exemplo”. Para as OSCs entrevistadas, um ponto de atenção é como a inclusão digital pode ser estrategicamente sustentável no futuro. “A forma virtual se tornou uma ferramenta importante e que não vai deixar de existir após o cenário mais catastrófico da pandemia, mas é preciso aprofundar uma leitura dos limites dessa modalidade, mesmo sendo de forma híbrida, em termos de resultados, segurança, concepção da Educação Popular e condições de trabalho”.

Um fato positivo destacado da cooperação britânica é o contínuo apoio ao trabalho de base, de formação e uma visão política positiva sobre a necessidade do trabalho de incidência política e denúncias, articulado à campanhas globais, com um olhar holístico. Por exemplo, a abertura para entender a mineração não só como uma atividade econômica, mas a partir dos seus impactos nas relações sociais para além das ambientais, principalmente suas consequências para mulheres e crianças.

A inexistência de escritórios das agências no Brasil torna a relação mais complexa, sem fluidez de informação e onde o idioma é uma barreira constante, principalmente na comunicação sobre temas complexos como mineração e extrativismo, crise na Amazônia, com o descontrole do desmatamento, impacto das mudanças climáticas e desigualdades urbanas. Além do desafio do idioma, é sentida a falta de pessoal que conheça a realidade brasileira, o que tem demandado mais tempo para explicações e dificuldade de negociação, por exemplo, sobre a complexidade de mostrar conquistas neste momento da conjuntura, com o governo Bolsonaro. “Mostrar resultados hoje tem sido um desafio frente aos avanços e diálogos políticos no passado. Difícil traduzir o não ficar pior como um avanço, pois isso exige uma maior compreensão de quem está longe, e, para nós, de como transmitir a esperança de cada pequeno passo, o despertar sobre a realidade, os pequenos ganhos que têm sido ofuscados pela sobrevivência, pandemia e violência. Como transmitir aos doadores que conversar, cuidar e trocar já são conquistas neste momento em que a vacinação para, o desmatamento avança, a fome volta?”.

3. Incidência para o fortalecimento dos programas de cooperação internacional via OSCs

Dado o complexo contexto da cooperação britânica e certo debilitamento de uma presença significativa nas relações com o Brasil, é importante incidir para ampliar a visibilidade das experiências

brasileiras e possivelmente reverter esse quadro. Para isso, um dos caminhos seria o fortalecimento de alianças e trabalhos conjuntos com organizações britânicas que, junto ou de maneira separada das agências tradicionais, têm tido intensas ações de solidariedade. Sem a pretensão de esgotar os atores, abaixo estão listados alguns espaços importantes de solidariedade política para **recolocar e/ou reforçar a realidade atual do Brasil e as lutas populares**:

- **LAB** - Possui longa trajetória de visibilizar a situação brasileira, com um intenso trabalho de comunicação. Mais recentemente, a sua iniciativa "[Brazil Matters](#)" tem colocado na pauta temas importantes, como os direitos e as lutas das mulheres, trabalhadores, trabalhadoras, comunidades indígenas, negras e LGBT+). Em abril de 2022, realizou um ato em frente à Embaixada do Brasil em Londres, juntamente com a Cafod, Greenpeace, Survival International, Amazon Rebellion, London Mining Network, exigindo o fim do genocídio no Brasil.

- **Survival International** - Trabalha em parceria com comunidades indígenas para fazer campanhas, incidências e mobilizações pelos direitos territoriais. Realizam pesquisas para visibilizar as violações de direitos cometidas por empresas e governos. Promove visibilidade sobre o Brasil desde sua fundação em 1969, quando mobilizou respostas a relatórios sobre o genocídio indígena no país. Atualmente apoia diversas comunidades, com destaque para as etnias Yanomami, Guarani e Awá. Mobilizou campanhas pelo fim do genocídio indígena sob o governo Bolsonaro e para denunciar os impactos dos megaprojetos em terras indígenas.

- **London Mining Network** - Rede de pessoas e organizações que atua no acompanhamento e controle dos impactos das empresas mineradoras britânicas junto às comunidades afetadas em diversos países. Realizam pesquisas sobre a mineração e suas alternativas, e atuam com projetos de formação e divulgação sobre os temas relacionados ao extrativismo. Trabalham diretamente com algumas comunidades afetadas e promovem campanhas para denunciar as violações de direitos. Desde 2016 atuam com o MAB e outras organizações para exigir reparações para comunidades afetadas pelo desastre causado pela Samarco, empresa que integra o conglomerado da multinacional anglo- australiana BHP Billiton.

O fortalecimento da relação de OSCs brasileiras com atores britânicos fora do ciclo tradicional das agências de cooperação também é uma forma de articular parcerias com atores de outros países impactados pelo capital britânico ou por megaprojetos e atividades extrativas em geral. De maneira geral, reforçar as relações políticas com organizações britânicas para além do apoio financeiro também pode abrir possibilidades de incidência junto a governos e reposicionar a sociedade civil brasileira no cenário da solidariedade internacional, a partir de seus acúmulos políticos e organizativos.

4. **Conclusão: Aprendizados e desafios para o fortalecimento da cooperação com as OSC e a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)**

A análise da cooperação britânica no Brasil permite afirmar que a dinâmica da cooperação internacional está sujeita a múltiplos fatores que não permitem uma previsibilidade ou estabilidade de longo prazo. No caso do Reino Unido, dinâmicas internas cumprem um importante papel à medida que o financiamento de muitas agências provém em partes de doações individuais e de uma forte cultura filantrópica no país. Sendo assim, crises econômicas que afetam as camadas mais vulneráveis da sua população, também influenciam diretamente na atuação internacional das agências e nas parcerias com parceiros dos países que apoiam. Processos de secularização têm afetado, de maneira particular, as agências que dependem das doações das bases das igrejas. Portanto, hoje é ainda mais importante que as organizações brasileiras acompanhem os debates junto a organizações britânicas para um planejamento de longo prazo em suas atividades.

Ainda não é possível prever as consequências das recentes mudanças na política oficial de cooperação do Reino Unido. No entanto, os elementos apresentados anteriormente podem dar pistas de uma possível nova tendência na cooperação de diversos países onde doadores tradicionais, buscam maximizar seu impacto ao focar em menos projetos, países e parceiros. Para fortalecer as pautas brasileiras em um cenário global demasiadamente competitivo, é necessário que as OSCs brasileiras criem ou fortaleçam relações de reciprocidade com seus interlocutores do Norte global. Dessa forma, podem fortalecer seu papel de protagonistas na luta global por justiça e oferecer contribuições efetivas que vão além da entrega e execução de projetos específicos.

Referências bibliográficas

Valentin, Paul (2021). Virtual Walk Talk Listen with Paul Valentin (episode 66). Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0026uCB2w20fOHAVxJ3oOZ> Acesso em 28.12.2021.

<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/ff4da321-en/index.html?itemId=/content/component/5e331623-en&csp=b14d4f60505d057b456dd1730d8fcea3&itemIGO=oecd&itemContentType=chapter>

Forest Custodians - Christian Aid

Entrevistas e testemunhos

Katia Visentainer | Coordenadora de Projetos do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente a mineração

Lucia M. M. Andrade | Coordenadora Executiva Comissão Pró-Índio de São Paulo

Pastora Romi Bencke | Secretária Geral do CONIC

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil – Suíça



EXPEDIENTE

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organização da Sociedade Civil - Suíça é uma publicação do PAD - Processo de Articulação e Diálogo

Autoras: **Mara Manzoni** e **Sheila Tanaka**

Fevereiro - Março 2022

Secretária Executiva: **Júlia Esther Castro França**

Coordenação Executiva:

Mércia Alves - SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia

Renê Ivo Gonçalves - Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

Rogério Hohn - Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Sônia G. Mota - Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE

Vicente Puhl - Heks-Eper

Comunicação: **Kátia Visentainer**

Diagramação e Arte: **Mayra Souza**

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil – Suíça

Mara Manzoni Luz e Sheila Tanaka
Fevereiro - Março 2022

Apresentação

Atualmente, a volta da fome no Brasil, a ausência de atuação do governo brasileiro, negando o clima e a pandemia, desmontando as políticas sociais e ambientais e as fragilidades das relações internacionais de cooperação, têm sensibilizado novos atores globais sobre o contexto brasileiro e apresenta uma possibilidade para sensibilizar novos setores na Suíça. A relação da cooperação não oficial da Suíça com o Brasil remonta historicamente há décadas, embora o país nunca tenha sido uma prioridade política das agências.

Em 2020, o Processo de Articulação e Diálogo (PAD) e a Associação Brasileira de ONGS (ABONG) realizaram o estudo [“A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento \(CID\) pós 2015: agendas para as Organizações da Sociedade Civil brasileiras”](#) (Maria Elisa Huber Pessina e Elsa Sousa Kraychete). O presente documento tem os objetivos de atualizar este estudo, aprofundar elementos referentes à cooperação suíça no Brasil e subsidiar elementos para ações de incidência das OSCs brasileiras sobre políticas de cooperação e futuras oficinas de formação em cooperação internacional, visando ampliar a participação de organizações brasileiras no debate.

Este documento foi elaborado tomando como ponto de partida o estudo de PAD e ABONG, analisando documentos oficiais do governo suíço, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e das agências de cooperação com atuação relevante no Brasil, em uma identificação não-exaustiva de atores. Foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas com representantes de agências e redes, de OSCs brasileiras e pessoas consultoras especializadas no tema.

O documento está organizado em quatro seções, além desta apresentação:

1. Programas e principais focos da cooperação não governamental, oficial e as prioridades de ação;
2. Reflexões sobre as mudanças na conjuntura pós-Covid-19;
3. Argumentos e questões identificadas para o aprofundamento da incidência das OSCs;
4. Conclusão: sistematização dos aprendizados e reflexões para o próximo período.

1. Programas e principais focos

A Suíça, dentre os países que compõem o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (DAC/OECD), se destaca por destinar mais recursos para as organizações não governamentais que para agências oficiais do governo. Dessa forma, em países considerados não prioritários, como o Brasil, a cooperação para o desenvolvimento se dá quase que exclusivamente via organizações não governamentais. Atualmente há uma forte diminuição das ongs suíças atuantes no Brasil (por exemplo, a saída da Fastenopfer) e, embora o Brasil nunca tenha sido um país prioritário para o governo suíço, sempre houve contatos e interlocuções políticas entre as agências suíças e os órgãos oficiais, incluindo a embaixada suíça em Brasília. Dentre as agências suíças com atuação relevante no Brasil hoje, destacam-se:

Organização	Princípios	Prioridades	Presença no Brasil e Método de cooperação
HEKS/EPER Agência de Ajuda das Igrejas Protestantes Suíças	HEKS/EPER foi fundada em 1946 pela Federação das Igrejas Protestantes Suíças. Defende os direitos e a inclusão de pessoas refugiadas e todas aquelas desfavorecidas social e economicamente. Em todo o mundo, trabalha em direção a sociedades mais equitativas, pacíficas e resilientes. Facilita a mudança sistêmica na governança da terra e dos recursos naturais e na superação da discriminação social, política e econômica. Durante crises, provém ajuda humanitária, atende necessidades básicas e promove a recuperação econômica, viabilizando capacitações para pessoas e comunidades vulneráveis e a sociedade civil. O total de 35% do seu orçamento são fundos governamentais.	Trabalha com quatro temas prioritários: <ul style="list-style-type: none"> • Acesso à terra e território e recursos naturais. • Agroecologia e biodiversidade. • Água, acesso e boas práticas de gestão. • Desenvolvimento de cadeias de valor da socio biodiversidade e acesso a mercados. 	Foco no bioma cerrado, nos Estados de GO, MG, BA, MS, MT e no DF. A agência não se considera um ator próprio e atua através de organizações parceiras. Está construindo uma nova estratégia para o Programa Brasil, no momento de reestruturação dos escritórios nacionais e após a fusão com a agência Pão para Todos, com foco na incidência internacional, articulação sul-sul e trabalho junto à opinião pública suíça.
Aliança Terre des Hommes Schweiz e Terre des Hommes Suisse	Os dois membros da Aliança estão comprometidos com a mesma visão: Todas as crianças e jovens são plenamente capazes de ser agentes de mudança para os seus direitos e o desenvolvimento sustentável.	Focos no Brasil: <ul style="list-style-type: none"> • Educação para o Desenvolvimento Sustentável. • Cultura de Paz – prevenção e proteção contra violências. • Meios de Vidas Sustentáveis. 	Apoio direto a projetos de OSCs nos Estados de PE, BA e PB.
Cáritas Suíça	Desde sua fundação em 1901, a Cáritas Suíça tem fornecido assistência para os grupos mais vulneráveis da população na Suíça e no exterior, sendo o combate à pobreza sua missão principal. A Cáritas Suíça está comprometida com um mundo guiado pela solidariedade, justiça e paz, onde a dignidade de todo ser humano seja respeitada e onde todas as pessoas tenham acesso à alimentação, à água, à saúde, à educação e ao trabalho.	No Brasil, atua nas áreas de migração e assistência humanitária como resposta à crise humanitária da Venezuela. Seus projetos focam em ações de proteção, saúde e transferência de renda, entre outros.	A Cáritas Suíça atua no Brasil desde 1987, trabalhando em estreita colaboração com seus parceiros implementadores locais. Desde 2016, mantém um escritório de coordenação em Recife/PE.

A HEKS\EPER tem origem nas igrejas e há 6 anos enfrenta o desafio de renovação e estabelecimento de novas parcerias. Nesse sentido, tem intensificado a captação de recursos junto ao setor privado e fundações. Historicamente, as relações com as fundações filantrópicas se deram através das comunidades eclesiais, e mais recentemente têm se guiado pelos valores e protocolos da prática de diligência prévia (do inglês, *due diligence*) para processos de investigação de oportunidades de negócios, avaliando os riscos da transação. Um exemplo tem sido a iniciativa institucional de apostas em “investimento de impacto”, conceito que vem do mundo empresarial, para analisar iniciativas dos próprios movimentos sociais, alternativos à lógica privada.

Para o assessor da HEKS\EPER, o tema prioritário atualmente é o clima e a sua expressão principal é o movimento Sextas pelo Futuro (*Fridays for Future* em inglês), forte na Europa e responsável por países como o Brasil estarem presentes na agenda global. O tema traz “uma oportunidade interessante em relação a novos atores e frentes, antes não percebidos como aliados, e temas como o papel da biodiversidade, da água, dos sistemas alimentares. Articular clima e biodiversidade, ao trabalhar com sistemas alimentares mais sustentáveis como a agricultura familiar e a agroecologia, tem um apelo importante para a sustentabilidade e o futuro do planeta”. Para a agência, a resposta à pandemia do covid, articulada ao de sistemas alimentares, tornou-se transversal e uma forma de arrecadação de recursos, estando já institucionalizada pelo fato de não se vislumbrar o seu final.

Apesar da ausência do Brasil na agenda suíça, a agência tem conseguido manter a sua presença e, nos próximos cinco anos, seguirá no Brasil, entendendo a importância de manter as relações com o país. Para o próximo período, coloca-se o desafio de renovar temas e atores, com destaque para novos debates sobre o papel do setor privado. Entendendo a diversidade do setor, HEKS tem iniciado diálogos com os parceiros para romper resistências de OSCs brasileiras em aprofundar relações com atores privados para a renovação da cooperação. Nesse sentido, tem mantido reuniões com o *Swiss Business Hub* e com a Câmara Suíça de Indústria e Comércio.

No âmbito global, HEKS\EPER faz parte da Aliança ACT e do instrumento de solidariedade que é a [Cooperação Brasil \(KoBra\)](#), uma rede formada por mais de 80 membros, entre grupos de solidariedade ao Brasil, instituições de apoio e pessoas físicas de países de língua alemã (Alemanha e Suíça). Eles provêm das mais diversas áreas, como organizações da sociedade civil, sindicatos, igrejas, universidades, movimentos ambientais, de luta por direitos humanos, entre outros. Anualmente, organizam a maior conferência sobre o país, a Mesa Redonda Brasil, que reúne entidades e associações que trabalham com questões relacionadas ao desenvolvimento político brasileiro, em cooperação com movimentos sociais locais.

O trabalho realizado pela Cáritas Suíça no Brasil está inserido na estrutura de gestão regional do Programa de Resposta à Crise da Venezuela, com seu escritório de coordenação regional localizado em Bogotá/Colômbia. Para a TdH, o momento atual é caracterizado pela busca por um diálogo sobre os contextos dos países, no sentido de compreender a complexidade social e política, assim como a sua atuação pode trazer impactos positivos, para além dos projetos individualmente apoiados. “Percebemos uma sensibilidade da sociedade civil na Suíça como um todo, para questões para além da cooperação internacional diretamente em projetos. Por exemplo, em 2020 houve a votação da iniciativa, apesar de não ter sido aprovada pela maioria cantonal, teve a maioria pela população. a iniciativa mobilizou mais de 100 organizações sociais, sinalizando que o debate se encontra também em diferentes esferas, especialmente no contexto econômico e seus impactos sociais”.

A [Fastenaktion](#) (antiga Fastenopfer), agência da Igreja Católica da Suíça, cessou suas atividades no Brasil no final de 2020, após quase 50 anos de atuação no país, devido a restrições financeiras. Por causa da pandemia, alguns parceiros ainda estão utilizando recursos anteriormente aprovados. Para o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, “a Fastenopfer, que nos apoiou desde 2016, foi fundamental na questão de uma consultoria para reorganização institucional

interna, para organizar eixos de trabalho e prioridades de atuação em 2017, o que foi fundamental para o crescimento da rede”.

Extremamente ativa no ano de 2018 pela defesa da água, a Articulação Suíça deixou de ser atuante desde 2020, devido a diminuição de agências suíças no Brasil e a opção de dialogar via PAD.

Cooperação oficial, relações empresariais e filantropia

A [Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação](#) (SDC em inglês) é a agência internacional de cooperação que atua no interior do Departamento Federal de Assuntos Exteriores (FDFA em inglês). A Agência desenvolve ações diretas, apoia programas de organizações multilaterais e ajuda a financiar programas coordenados pelas agências suíças e internacionais nas seguintes áreas: Cooperação humanitária regional e global e Cooperação com o Leste Europeu. Atualmente a agência não mantém programa no Brasil e deixará de cooperar com toda América Latina a partir de 2024.

A [Swissnex](#) Brasil é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Suíça para Educação, Pesquisa e Inovação, gerenciada em cooperação com o Departamento de Relações Exteriores, como um anexo do Consulado Geral da Suíça no Rio de Janeiro e em São Paulo. Como empreendimento público-privado, é parte de uma rede internacional com escritórios nos Estados Unidos, China, Índia e Brasil e trabalha em nome da Suíça para expandir as áreas de educação, pesquisa e inovação.

No campo das relações empresariais, o [Swiss Business Hub](#), através de sua matriz na Suíça “Switzerland Global Enterprise”, é a agência oficial do governo suíço para identificar oportunidades de negócios das empresas suíças no Brasil e oferecer consultoria para as empresas brasileiras que querem abrir uma filial na Suíça. O Brasil é considerado hoje o parceiro comercial mais importante da Suíça na América Latina. As relações comerciais são reguladas por acordos multilaterais e devem evoluir para acordos bilaterais”, segundo a Câmara de Comércio e Indústria Suíço-Brasileira ([Swisscam](#)), que tem como objetivo aproximar empresas dos dois países.

As [instituições filantrópicas](#) mais antigas e ainda em atividade da comunidade suíça foram criadas para socorrer imigrantes em necessidade, a partir de 1821. Hoje a ênfase da filantropia está na assistência, na sustentabilidade e na educação. Em São Paulo, a Associação Suíça de Beneficência Helvetia administra o Retiro Suíço, moradia para idosos em Campo Limpo Paulista. A Associação Filantrópica Criança Feliz, em Cotia (SP), atende crianças e adolescentes em projetos educativos. Na Zona Sul de São Paulo, a Arco acolhe jovens e crianças vulneráveis. Em 2002, foi criada a [Fundação Suíça](#) pelo empresário Jorge Paulo Lemann, que leva o nome de sua família, para “disseminar boas práticas de ensino e estimular o aperfeiçoamento da gestão escolar”.

2. Tendências da cooperação internacional para o desenvolvimento e contexto pós pandemia de Covid-19

“Há experiências maravilhosas no Brasil que precisam ser visibilizadas de maneira mais forte” (Sônia Mota, CESE).

Para as OSCs entrevistadas, o cenário brasileiro após o golpe tem impactado diretamente as suas dinâmicas organizativas, principalmente pelo desmonte das políticas públicas, patrocinado pelo governo atual. Ressaltaram as boas relações com a cooperação suíça, avaliada como aberta para apoiar questões emergentes, tais como o combate ao trabalho escravo, os impactos da mineração, a luta pela água, “mesmo quando o Brasil não era prioridade para a ajuda ao desenvolvimento”.

Para a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), a contribuição histórica das agências suíças tem sido fundamental para o bioma do cerrado e as lutas dos povos tradicionais, norteadas pelo eixo dos direitos humanos. Exemplos citados foram a defesa da água, a conservação da biodiversidade com autonomia dos povos do cerrado, o apoio à luta das mulheres e defesa das populações.

“O Diálogo inter-religioso com a comunidade indígena Guarani Kaiowá na defesa dos territórios e espiritualidades no Estado do Mato Grosso do Sul (MS) desencadeou a importante Missão Ecumênica, apoiada pela HEKS\EPER. O apoio ao Fundo de Pequenos Projetos (FPP) da CESE tem possibilitado que grupos locais acessem recursos para a defesa de suas lutas, principalmente as mulheres cerradeiras no trabalho de formação sobre gênero e raça, além do debate mais geral sobre o papel das mulheres nos lugares de resistência nos territórios, principalmente as quebradeiras, as rezadeiras Guarani, entre muitas outras”.

Em relação à pandemia, a TdH aprovou apoios de emergência para mitigar os efeitos da pandemia nos Estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Sergipe. Houve distribuição de cestas de alimentos em parceria com produtores agroecológicos, o que também contribui para minorar os impactos das últimas enchentes no sul da Bahia, que veio se juntar aos efeitos da pandemia. Para a TdH, “foi importante a criação de protocolos de

Um aspecto avaliado positivamente foi o aumento da solidariedade por parte da HEKS\EPER e a TdH, refletida em uma maior flexibilidade com prazos de relatórios e rubricas orçamentárias. Em dois anos, o CEAS, juntamente com o FPP da CESE, adquiriu 20 toneladas de alimentos para cerca de 1700 famílias. “HEKS\EPER teve a sensibilidade para aceitar o reajuste de rubricas orçamentárias não gastas devido à pandemia (viagens e itens de administração como água e luz), o que rendeu 9 toneladas de alimentos para 600 famílias”. No início da pandemia, as regras da Suíça foram aplicadas aos projetos, como por exemplo a proibição das viagens, o que foi positivo para algumas organizações brasileiras se refazerem e repensarem os seus métodos de trabalho. Ao longo do ano, algumas agências entenderam a necessidade de incorporar a inclusão digital e a questão emergencial do meio ambiente e sanitária pela pandemia em novos projetos trienais, com diálogos e abertura para estes temas.

Frente às mudanças de dinâmicas de trabalho e à impossibilidade do presencial, se vislumbra a perspectiva de uma maior incidência política em relação ao apoio nos territórios do cerrado e as atividades conjuntas com o Fórum Ecumênico da Aliança ACT (FEACT) na denúncia da violação de direitos humanos, como a citada Missão ecumênica junto ao povo indígena Guarani Kaiowá do MS, e mesmo com o PAD, na articulação sobre o tema de direitos humanos na Suíça. No caso das agências suíças, é avaliado como positivo ter equipes no Brasil, que entendem as especificidades do país, acompanham o tema financeiro e exercem mediação metodológica com suas sedes na Suíça, contribuindo para a autonomia dos parceiros.

Para as OSCs entrevistadas, a pandemia trouxe a necessidade de grandes readaptações, pois grande parte do trabalho era de campo presencial. Por exemplo, articulações no Congresso Nacional - como o Projeto de Lei 191 que regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas - foram suspensas; houve a necessidade de conseguir consultorias locais para que o trabalho do Observatório dos Conflitos de Mineração no Brasil, que mapeia os conflitos junto com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), pudessem se deslocar para, por exemplo, a área indígena Munduruku, gerando parcerias inéditas para pesquisas locais; a realização de assembleias massivas virtuais.

Para a CESE, a pandemia significou uma mudança total de direcionamento para tornar as formações, antes presenciais, virtuais. Esse movimento necessitou de capacitações, medidas de segurança, uso de novas tecnologias e ferramentas e trouxe resultados positivos ao atingir mais pessoas. “Vamos continuar com a formação híbrida, mesmo que a Educação Popular nos coloque a necessidade também do presencial, pois a questão é como garantir custos e qualidade para a promoção de formações híbridas, por exemplo sobre o tema da diversificação de recursos”.

Em muitos locais, o apoio à comercialização das cooperativas parou, devido à pandemia, e muitas tiveram que ressignificar o trabalho, adotando mudanças substanciais para garantir o fortalecimento das experiências.

Um exemplo foi a Associação de Produtores de cachaça e derivados da cana (açúcar e rapadurinha), do município de Itarantim (sul da Bahia), que passou a produzir álcool 70, a exemplo do MST no sul do país. Produziram 2000 litros de álcool para uma ampla distribuição, na perspectiva de reforçar a aliança campo-cidade, contando com o apoio técnico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB - campus de Itapetinga). “A HEKS\EPER aceitou esse reajuste pelo seu espírito de solidariedade, sensibilidade e escuta e reforçou a parceria entre CEAS e a Associação, pois a conjuntura intensificou a difícil situação econômica e tem obrigado as OSCs a reaprender como fazer o debate sobre a insegurança alimentar, colocando o alimento como ato de resistência.”

O tema que ganhou grande visibilidade com a pandemia foi a exclusão digital, sobre como a virtualidade também é uma forma de excluir comunidades, e a necessidade de favorecer o acesso à internet. Pelas mudanças de rubricas orçamentárias, foi possível a compra de pacotes de dados, internet e o apoio a deslocamentos até onde se poderia conectar. Outro eixo, já experimentado anteriormente, foi o do apoio humanitário emergencial, agora de forma direta com o tema da segurança alimentar como direito humano, gerando muitos acordos com organizações indígenas e pastorais das igrejas para compras de cestas da agricultura familiar, como forma mais rápida para comida de qualidade chegar às comunidades. A volta da fome tem demandado uma reflexão política mais articulada sobre o porquê da situação na qual o país vive atualmente. A tarefa da politização tem sido realizada por meio de panfletos que acompanham as cestas, que não apenas tratam sobre covid, uso das máscaras e importância da vacina, mas também sobre a pobreza menstrual e a necessidade do Vale Gás frente à volta de cozinhar com carvão e álcool, retrocesso com muitos riscos.

3. Incidência para o fortalecimento dos programas de cooperação internacional via OSCs

Para TdH, de uma forma geral, “o contexto da cooperação internacional global tem sofrido mudanças, em termos técnicos e políticos, com uma nova dinâmica no debate político internacional, novas possibilidades de atuação, novos meios de diálogos e talvez seja também o momento desse diálogo ganhar novos formatos”. Adicionam que, “em um mundo pandêmico e de mudanças climáticas causadoras de desastres e catástrofes, em um contexto econômico globalmente interdependente, qual o papel que todos nós devemos assumir dentro da cooperação internacional? Talvez esse seja o principal desafio: olhar para o que fizemos e reavaliar em um novo cenário”.

É difícil prever as perspectivas, mas pelas entrevistas parece que a cooperação suíça vê as parcerias com o Brasil para além do apoio financeiro, para que os diálogos fortaleçam o cumprimento de direitos humanos e fundamentais no Brasil.

Para o fortalecimento dos programas de cooperação suíça via as OSCs, é importante considerar os seguintes pontos para incidência:

- **Readequar** o tema dos recursos financeiros como parte de uma estratégia de solidariedade política ao Brasil neste momento de grandes retrocessos, reaprendendo que hoje no Brasil é necessária uma mobilização ampla da solidariedade internacional. Ao mesmo tempo, **aprofundar** o foco nas evidências concretas dos resultados de programas e projetos, reconfigurando a reflexão e a prática do que seria impacto em um momento de desmonte de políticas sociais, ambientais e de direitos humanos. Quando se faz difícil (ou mesmo impossível) avançar no enfrentamento às desigualdades e violências, manter o conquistado deve ser visto como um resultado positivo. Desta maneira, posicionar-se melhor para responder satisfatoriamente ao grande desafio do nível crescente de demandas de monitoramento, frente a atender os desafios políticos e lidar com a burocracia, em um momento de corte de pessoal em muitas OSCs.

- **Qualificar** as competências técnicas sobre temas específicos para a produção de dados relevantes para um embate mais profissional, ao **analisar** mais profundamente sobre os recentes e complexos sistemas de monitoramento (mais amplos que a cooperação suíça), que têm implicado uma grande carga de trabalho. Indicadores relacionados às conquistas e ampliação das ações têm sido vistos com pouca aderência à realidade local, pois é difícil mensurar, frente ao desmonte de direitos conquistados no contexto atual brasileiro, novas conquistas, como também planejar novas áreas de trabalho. As crescentes demandas desses novos instrumentos de monitoramento, baseados exclusivamente nos ODS são vistos como restritos, frente a temas estratégicos como a defesa dos territórios, a comercialização local, a democracia do acesso à terra e reforma agrária, o direito à moradia digna. Os ODS são considerados importantes para o diálogo, mas insuficientes para dar conta de uma realidade multifacetada.

- **Fortalecer** a comunicação de mão dupla, intensificando a produção ágil de materiais sobre as dinâmicas de poder e as novas formas de resistências no Brasil; intensificando as alianças e sintonizando a comunicação mais estrategicamente no campo da disputa de narrativas, fazendo ecoar as vozes das mulheres e das juventudes frente à pauta de retrocesso de direitos; ressoando mais fortemente a conjuntura do Brasil para um público suíço amplo, na linha da defesa e reafirmação dos direitos humanos e de apoio às agências com materiais que as ajudem, também, na arrecadação de recursos.

- **Intensificar** o processo de diálogo iniciado com a roda de conversa entre organizações brasileiras e suíças sobre o Acordo de livre comércio entre o Mercosul e a área europeia conhecida como EFTA, em inglês, que envolve países como Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça, recentemente assinado em tempo recorde de aprovação (2017-2019), enquanto o acordo Mercosul e União Europeia levam mais de 20 anos. Em um momento em que o país está sob ameaça de ruptura institucional e retrocessos sociais, políticos, econômicos e ambientais, há pouco conhecimento e transparência sobre o acordo. Há um trabalho de incidência a ser realizado de maneira conjunta, pois em um momento de avanço do agronegócio, flexibilização da legislação ambiental e sendo a Suíça um importante polo químico e farmacêutico, é imprescindível analisar e atuar sobre os possíveis impactos, por exemplo, em relação aos temas das patentes, impactos ambientais, situação das mulheres extrativistas. Como a legislação suíça permite referendos sobre temas como este, seria importante parcerias com organizações suíças para uma incidência sobre o tema, sob o eixo dos impactos socioambientais. Tanto HEKS\EPER como TdH estão participando das discussões e acompanhando os desdobramentos da articulação. O diálogo com a embaixada continua sendo visto como uma oportunidade para redes como o PAD, que em suas visitas regulares possibilitam apresentar os trabalhos e compartilhar sobre a realidade brasileira.

- **Gerar** fortes evidências sobre como os temas de mineração e garimpo se vinculam a muitos outros, como o combate à violência, a incidência global em direitos humanos junto ao sistema da ONU, a luta nos territórios, as terras indígenas frente o avanço da mineração, o impacto do extrativismo na vidas das mulheres, com o aumento do alcoolismo e da violência.

- **Ampliar** a incidência política (denúncia e articulação) global com as agências suíças sobre as exportações de produtos agrícolas para países da Europa, a partir da elaboração de uma agenda conjunta de ações, com um conjunto de parceiros com potencial já estabelecido, ressaltando a importância dos gestores escutarem as organizações da sociedade civil no monitoramento e rastreamento dos produtos oriundos de desmatamentos de todos os biomas

- **Acompanhar** de forma mais permanente, as políticas comerciais internacionais suíças, que estão ou podem vir a influenciar as políticas de cooperação, tanto governamentais quanto não-governamentais. Um exemplo importante é o mapa interativo (versão ainda somente em francês) lançado em 2021 pela organização suíça Public Eye, que mostra as plantações que pertencem a diversos fundos de capital e empresas sediadas na Suíça: <https://plantations-suisse.ch/> O mapa mostra as plantações que pertencem a grupos suíços também no Brasil. Para o MST é “um instrumento muito útil para ajudar a mapear a presença do capital internacional sediado na Suíça não só no Brasil, onde é muito significativa, mas em todo o mundo”. Nesse sentido, o aumento de fundos do setor privado nas agências precisa ser

visto com cautela, pois mesmo entendendo que existe uma diversidade no setor privado, com algumas empresas seria extremamente difícil pensar e sustentar trabalhos conjuntos, como por exemplo, o setor de agrotóxicos. Nesta direção, seria importante acompanhar também a [acordo entre o Banco Suíço UBS e o Banco do Brasil](#) assinado em 2020 que prevê o financiamento do agronegócio brasileiro.

4. Conclusão: Aprendizados e desafios para o fortalecimento da cooperação com as OSC e a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)

Ao longo dos últimos anos, as OSCs brasileiras manifestaram solidariedade com as lutas de outros países em diversas ocasiões, principalmente do Sul, também como reflexo de algumas políticas externas dos governos progressistas. Neste momento, dada a conjuntura brasileira, faz-se urgente uma coordenação ativa das OSCs de diferentes setores (movimentos indígenas, movimentos sociais urbanos e rurais, sindicatos e centrais, partidos, igrejas e organizações ecumênicas, partidos) para repensar a mobilização política internacional, amplificando as denúncias dos retrocessos (e atropelos) e gerando solidariedade política mais robusta.

Esse movimento, para ser efetivo, necessita equacionar a aparente contradição entre necessitar de solidariedade política e financeira e não se colocar, nem aceitar um papel de “recipiente passivo, de vítima”. Embora o apoio financeiro seja fundamental principalmente nestes momentos de criminalização das organizações, esgarçamento da democracia e crescimento de fundamentalismos, é urgente uma aliança política para ampliar a defesa da democracia, da justiça e dos direitos humanos, construindo propostas conjuntas de incidência, refletindo conjuntamente sobre os acordos comerciais, para que as OSCs entendam e pautem esses temas para ser ouvidas.

Em um momento de aumento das fragilidades ocasionadas pelas políticas governamentais e os fundamentalismos, as OSCs brasileiras precisam desenvolver, em seus planejamentos, indicadores que meçam o fortalecimento dos atores e suas articulações, e não apenas em relação aos objetivos e metas específicas dos projetos. A partir dessa compreensão, intensificar e amadurecer o diálogo com os diversos parceiros sobre o desafio de continuar solidários ao Brasil, em um complexo momento de esvaziamento e desgaste da democracia, anulação das relações com o Estado, esvaziamento ou destruição dos conselhos e outros espaços de participação, quando, em governos anteriores, o acesso a políticas públicas motivava muito da intencionalidade política e estratégica das agências. Nesse sentido, nota-se que a cooperação com atores suíços pode contribuir para que OSCs brasileiras ampliem seus horizontes de atuação e renovem suas parcerias e linhas de trabalho.

Referências bibliográficas

Entrevista sobre cooperação internacional com Paul Valentin: [Virtual Walk Talk Listen with Paul Valentin \(episode 66\) - Walk Talk Listen Podcast \(spotify.com\)](#)

Blueprint for a Human Rights Impact Assessment of the comprehensive free trade agreement between EFTA and Mercosur1 Key Messages (mimeo) <https://plantations-suisse.ch/>

Estudo Socioambiental da Bacia do Rio Pardo - Irrigação, monoculturas e crise hídrica, Salvador 2018. MIMEO

Água: <https://www.facebook.com/emdefesadosterritorios/photos/2088296844530193>

<https://www.facebook.com/PADBrasil/photos/1781661255231902>

<http://emdefesadosterritorios.org/o-comite-usa-a-arte-e-cria-exposicao-que-debate-o-modelo-mineral-brasileiro/>

<https://www.facebook.com/emdefesadosterritorios/photos/2075333605826517>

<http://emdefesadosterritorios.org/a-exposicao-do-comite-estara-em-teresina-no-forum-de-mineracao-e-os-impactos-socioambientais-no-piaui/>

Mineração: <http://emdefesadosterritorios.org/o-manifesto-da-campanha-mineracao-nao-e-essencial-a-vida-sim-recebe-o-apoio-de-mais-de-100-organizacoes-e-650-pessoas/>

<http://emdefesadosterritorios.org/manifesto-mineracao-nao-e-essencial-a-vida-sim/>

<http://emdefesadosterritorios.org/lancamento-livro-o-cerco-do-ouro-garimpo-ilegal-destruicao-e-luta-em-terras-munduruku/>

<https://open.spotify.com/show/0yaD4Rcp3tTN6MwKKxSdlh>

<http://emdefesadosterritorios.org/entre-mais-de-90-pautas-de-reporteres-de-todo-o-brasil-a-publica-e-o-comite-nacional-em-defesa-dos-territorios-frente-a-mineracao-selecionaram-as-quatro-propostas-vencedoras-das-microbolsas/>

<http://emdefesadosterritorios.org/cfem-o-que-e/>

Ecumenismo: <https://www.youtube.com/watch?v=U86uNHRWAok>

Fórum Ecumênico ACT Brasil manifesta solidariedade aos Povos Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul: <https://www.youtube.com/watch?v=BEwKwqRNIUI&t=129s>

Missão Ecumênica “Pelas Águas dos Cerrados da Bahia”: <https://www.youtube.com/watch?v=cFKq-SAXdNeY&list=PL7t1hcltcBA4Qc9uC6QoaMdZJYfqr1LNz&index=28&t=542s>

Missão Ecumênica - Guarani Kaiowá (2015): <https://www.youtube.com/watch?v=wSz9Wd1q0-c&list=PL7t1hcltcBA4Qc9uC6QoaMdZJYfqr1LNz&index=30>

<https://www.youtube.com/watch?v=s14xjMtZjGY&list=PL7t1hcltcBA4Qc9uC6QoaMdZJYfqr1LNz&index=31>

Entrevistas

Fabiana Kuriki | Responsável pelo acompanhamento do Programa Brasil da TdH, Brasília

Katia Visentainer | Coordenadora de Projetos do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração

Luciana Pinto | Coordenadora Nacional Brasil TdH

Lúcia Andrade | Coordenadora Executiva CPI-SP

Nelia Nascimento | Secretária Executiva - CEAS

Maicon Leopoldino de Andrade | Equipe Rural e Mobilização de Projetos – CEAS

Rebekka Reischmann | Cáritas Suíça

Sonia Mota | Diretora Executiva da CESE Thomas Fat- KoBra

Ulli Ude | Assessor Temático de Desenvolvimento Rural - Regional América Latina e Caribe - HEKS\EPER.

• Ação conjunta CEAS - HEKS\EPER

O Rio Pardo abrange 3 biomas (cerrado, caatinga e mata atlântica), nasce na cidade de Montezuma (MG) e percorre 400 km até sua foz na cidade de Canavieiras, no litoral da BA. Trata-se de uma bacia hidrográfica importante mas que não conta com nenhuma gestão do Estado, apenas um Comitê Municipal de Gestão em Mosquito, um afluente em MG. O CEAS trabalha nessa área há décadas, muito afetada pela pecuária extensiva nos Gerais nos anos 60, pela dominação do monocultivo do eucalipto desde os anos 70 e pela construção de barragens nos anos 80, principalmente a de Machado Mineiro, na divisa entre os Estados de MG e BA. Ela foi construída nos anos 80 para fornecer água e energia para a população, mas na verdade atinge irrigantes do café para grandes e médias fazendas. Comunidades já denunciavam, há anos, os efeitos da mineração, carvoaria e barragens e o CEAS apoiou várias greves de trabalhadores.

O aumento das ameaças aos territórios e biomas foi colocando a necessidade de articular um debate mais público, denunciar e anunciar as boas novas das organizações. Em 2015 a articulação se reinicia com o primeiro encontro em Canavieiras. Em 2013 e 2014 o CEAS, a região passou a ser prioridade para a HEKS\EPER ao eleger o tema da água, contribuindo, já há sete anos, para a articulação, com um papel ativo, não apenas financiando. Foram então realizadas ações concretas com as comunidades para a revitalização das nascentes, combinadas com incidência na política local. Um desafio é a falta de estudos socioambientais, principalmente de hidrologia, sistematizando o que é sequestrado da água e os conflitos sociais existentes, embora haja parcerias estratégicas com as universidades UESB e UFBA. Produtos importantes das articulações são o site Observatório Pardo e a cartilha sobre a gestão das águas, como um produto a ser trabalhado amplamente.